

PREGÃO ELETRÔNICO

90013/2026

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEZERROS (982337)

OBJETO

O registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada em locação, montagem, desmontagem, instalação, manutenção e transporte de estrutura para eventos, para atender as festividades do município de Bezerros.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 5.248.375,86 (cinco milhões duzentos e quarenta e oito mil trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por lote

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026-PMB
PREGÃO ELETRÔNICO 90013/2026 – PMB
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

LICITAÇÃO COM ITEM EXCLUSIVO PARA MICROE M P R E S A S – M E, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI E AMPLA DISPUTA.

Torno público, para conhecimento dos interessados, que a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, por meio do Agente de Contratação, designado pela portaria nº 018 de 13 de janeiro de 2026, sediado na Praça Duque de Caxias, Empresarial José Ferraz nº 09A, 1º Andar, CEP: 55660-000, Centro, Bezerros-PE, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço por lote**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023; o Decreto Municipal nº 2.547, de 24 de abril de 2023; a Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022; a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; o Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 19 de maio de 2026.

Horário: 09h00min (Horário de Brasília).

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1 DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada em locação, montagem, desmontagem, instalação, manutenção e transporte de estrutura para eventos, para atender as festividades do município de Bezerros-PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET (CATMAT e CATSERV) e as especificações constantes no Termo de Referência anexo I deste edital, prevalecerão estas últimas.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras Governamentais, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou

por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação as empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam com toda a documentação exigida em conformidade e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.3.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.3.9.1. Tal vedação encontra-se justificada pelos motivos:

4.3.9.1.1. Admitir a participação de Consórcios de empresas em procedimento licitatório é decisão meramente discricionária da Administração, conforme artigo 15 da Lei n.º 14.133/21;

4.3.9.1.2. Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto;

4.3.9.1.3. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame;

4.3.9.1.4. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. Uma vez que a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si viola o princípio de competitividade.

4.3.10. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.11. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O impedimento de que trata o item 4.3.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.3.2 e 4.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.7. O disposto nos itens 4.3.2 e 4.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#);

4.9. A vedação de que trata o item 3.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.8.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 e 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital;

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor ou desconto unitário do lote;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.3. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.12.

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances dos lotes 1 e 4, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances dos lotes 2 e 3 e do item 22 que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (Um centavo)**.

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. **Caso seja adotado** para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. **Caso seja adotado** para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado

7.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2.2. empresas brasileiras;

7.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade, sendo indevida a aceitação, na fase de negociação posterior à disputa de lances, de majoração de preço unitário de item definido na etapa de lances, quer para itens adjudicados individualmente, quer para os adjudicados em grupos. [Acórdão 8.060/20 - Segunda Câmara do TCU](#).

7.23.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.23.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.6. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.7. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DO JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros.

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.2 e 5.6 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1.** conter vícios insanáveis;
- 8.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 8.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 8.9.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.9.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 8.9.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9.4. Poderá ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.20. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.20.1.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.21. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.22. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.23. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.23.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.24. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#):

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelos arquivos cadastrados no SICAF.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.6. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.6.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pela **Secretaria de Turismo Cultura, através do fone: 3728-6706 ou através do e-mail: turismoprefeituradebezerros@gmail.com**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.6.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.7.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **[NO MÍNIMO, DUAS HORAS]**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a

proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.17. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.18. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.19. O licitante enquadrado como microempreendedor individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.20. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.21. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.22. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.23. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.24. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.25. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.26. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.27. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.27.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.28. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Indicar o nome, CPF e telefone de contato do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato.

10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

12.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

12.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão

14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 20 (vinte) minutos.

14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ata de registro de preços, contrato ou instrumento equivalente ou

não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1. *Os critérios da garantia de execução, quando houver, estão previstos no Termo de Referência.*

18. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

18.1. *Os critérios da garantia contratual dos bens, quando houver, estão previstos no Termo de Referência.*

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

19.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 139 e 140 da mesma Lei.

19.4. O prazo de vigência da contratação será restrito a vigência dos créditos orçamentários do exercício financeiro no qual for celebrado.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

19.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

19.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

19.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. *Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estarão previstos no Termo de Referência.*

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. *As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.*

22. DO PAGAMENTO E REALINHAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento e realinhamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

23. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

23.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

23.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

23.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

23.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

23.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

23.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

23.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

23.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

23.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

23.1.5. fraudar a licitação.

23.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

23.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

23.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

23.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

23.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

23.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

23.2.1. advertência;

23.2.2. multa;

23.2.3. impedimento de licitar e contratar e

23.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

23.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida

23.3.2. as peculiaridades do caso concreto

23.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

23.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

23.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **05 (CINCO) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

23.4.1. Para as infrações previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato lícitado.

23.4.2. Para as infrações previstas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato lícitado.

23.5. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

23.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Bezerros/PE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

23.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 23.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

23.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de

responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

23.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município de Bezerros/PE.

23.16. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail bezerroscpl@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Praça Duque de Caxias, Empresarial José Ferraz nº 09A, 1º Andar, CEP: 55660-000, Centro, Bezerros/PE, Comissão Permanente de Licitação.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

24.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se for o caso.

25. DO CUMPRIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (Lei Nº 13.709/2021)

25.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

25.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

25.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

25.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

25.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

25.6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

25.7. A CONTRATADA, quando do encerramento do contrato, exceto se abrigados pelo disposto nos incisos do artigo 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todo os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. O CONTRATANTE deverá ser formal e justificadamente comunicado da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça Duque de Caxias, Empresarial José Ferraz nº 09A, 1º Andar, CEP: 55660-000, Centro, Bezerros/PE – Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 15:00 horas, período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

26.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

26.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;

26.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

26.12.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

26.12.3 ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato.

26.12.3. ANEXO IV - Declaração de Inexistência de Vínculo Público

Bezerros-PE, 30 de maio de 2026.

EUDES MATEUS DA SILVA SANTOS

Ordenador de Despesas da Secretaria de Turismo e Cultura

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**2. DO OBJETO**

2.1. O registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada em locação, montagem, desmontagem, instalação, manutenção e transporte de estrutura para eventos, para atender as festividades do município de Bezerros.

2.2. Definição quanto a utilização dos itens:

2.2.1. Os itens abaixo descritos serão executados da forma a seguir, devendo o licitante observar que os itens locados deverão cobrir todo o ciclo festivo com as estruturas montadas CONFORME O CASO:

- a) **PALCO 13m x 12m - LOCAÇÃO POR DIÁRIA;**
- b) **PALCO 11m x 8m - LOCAÇÃO POR DIÁRIA;**
- c) **CAMARIM 3x3 - LOCAÇÃO POR DIÁRIA;**
- d) **CAMARIM 4x3 - LOCAÇÃO POR DIÁRIA;**
- e) **CAMARIM 6x3 - LOCAÇÃO POR DIÁRIA;**
- f) **STAND 3x3 - LOCAÇÃO POR DIÁRIA;**
- g) **TABLADO - LOCAÇÃO POR M²;**
- h) **PEÇAS DE FECHAMENTO - LOCAÇÃO POR UNIDADE;**
- i) **DISCIPLINADORES - LOCAÇÃO POR UNIDADE;**
- j) **BARRICADEIRA - LOCAÇÃO POR UNIDADE;**
- k) **PAVILHÃO 30 x 15 - LOCAÇÃO CURTA POR 3 (Três) DIAS;**
- l) **PAVILHÃO 20 x 10 - LOCAÇÃO CURTA POR 3 (Três) DIAS;**
- m) **PAVILHÃO 7 x 15 - LOCAÇÃO CURTA POR 3 (Três) DIAS;**
- n) **PAVILHÃO 7 x 25 - LOCAÇÃO CURTA POR 3 (Três) DIAS;**
- o) **ARQUIBANCADA 14m - LOCAÇÃO CURTA POR 3 (Três) DIAS;**
- p) **ANDAIME - LOCAÇÃO POR UNIDADE**
- q) **RESERVATÓRIO CONTAINER - LOCAÇÃO POR UNIDADE**
- r) **PAVILHÃO 30 x 55 - LOCAÇÃO LONGA POR 8 (oito) DIAS;**
- s) **PALCO 10 x 10m - LOCAÇÃO LONGA POR 8 (oito) DIAS;**
- t) **PALCO 18 x 10m - LOCAÇÃO LONGA POR 8 (oito) DIAS;**
- u) **BACKSTAGE - LOCAÇÃO LONGA POR 8 (oito) DIAS;**
- v) **PISO EASYFLOOR - LOCAÇÃO POR DIÁRIA;**

2.2.2. No que se refere às Diárias Excedentes, o valor unitário deverá ser igual a 10% do valor unitário da Locação, identifica-se que é um valor exequível para manutenção do objeto montado, conforme exemplo a seguir:

PROPOSTA VENCEDORA		
Estrutura	Valor Unt. Locação	Valor Unt. Diária Excedente
PAVILHÃO A (03 dias previstos)	R\$ 8.000,00	R\$ 800,00

CÁLCULO PARA UM DETERMINADO EVENTO DURAÇÃO: 06(Seis) dias		
Estrutura	Valor Unt. Locação	Valor Unt. Diária Excedente
PAVILHÃO A (03 dias previstos)	R\$ 8.000,00	R\$ 800,00 x 2 = R\$ 1.600,00
VALOR TOTAL PAVILHÃO A (I + II)		R\$ 9.600,00

2.2.3. Especificação técnica:

LOTE 01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PALCO 13,00m X 12,00m	
FORMATO	EM 02 (DUAS) ÁGUAS
DIMENSÕES	13,00 de boca, 12,00 de profundidade e 8,00 de altura
ESTRUTURA	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30 e treliças P-50 em alumínio no teto conforme o projeto.
COBERTA	Coberta 13,00m x 12,00m duas águas em lona anti-chamas com blackout na cor branca na parte externa e preta na parte interna, com sistema de drenagem para águas pluviais e devidamente contraventadas. Instalar proteção em lona nos grids e nas junções da cobertura principal com os complementos de cobertas (DE ACORDO COM O PROJETO). A estrutura da cobertura do palco deverá ser executada e dimensionada de forma a possuir três linhas planas de treliça na horizontal, em toda a extensão da boca de cena, distando a primeira 3,00m da linha de frente da cobertura e as demais a 3,00m umas das outras. Todas deverão ser dimensionadas para suportar carga de 800Kgf por ponto, no total de 06 (seis) pontos no teto. Toda estrutura coberta por malha helanquinha (COR DE ACORDO COM O PROJETO).
PA	Previsão de dois avanços de Box Truss de alumínio para instalação das torres PA de som. instalação de 02 (duas) mãos francesas para reforço estrutural na instalação das torres
PISO	O piso do palco terá dimensões de 13,00m de largura por 12,00m de profundidade (Caso presente em projeto adicional de passarela frontal de 8,80m de comprimento por 2,20m de largura), sendo de placas pré-fabricadas com perfil em "U" de 4" por 1/8" revestido de madeirites plastificados de 14,00mm a 1,80m de altura do chão (VER ALTURA DO PISO, CONFORME PROJETO). Pés de sustentação confeccionados em tubo de 2 1/2" com travas anti-balanço de tubo de 1" ou estruturado em tubos de 1 1/2" com barrotes de madeira de 3" x 3" revestido em compensados de 14,00mm, em bom estado de conservação, revestido com piso easyfloor preto ou carpete na cor preta. Guarda-corpo a 1,10m de altura, nas laterais e fundo de palco em concordância com as normas da ABNT NBR 14.718. Deverá ser executado também complemento

	de piso para suporte da rampa e escada, de acordo com a planta em anexo (DE ACORDO COM O PROJETO).
ESCADA	01(uma) unidade, em estrutura de aço e degraus de alumínio antiderrapante, pré-fabricadas com quantidades de degraus pré-estabelecidas pelas alturas dos palcos ou em estrutura metálica, com 2,00m de largura, revestida com compensado pintado com tinta PVA na cor preta. Presença de faixas adesivas de lixa antiderrapante de 5 cm de largura. Guarda-corpo em concordância com as normas da ABNT NBR 14.718 com 1,10m de altura e laterais das bases da escada deverão ser revestidas em madeirite, em bom estado de conservação, pintado na cor preta (DE ACORDO COM O PROJETO).
ÁREA DE PRODUÇÃO	A área de produção será composta por 03 (Três) camarins 3,00m x 3,00m. Todos com paredes e teto em painéis TS formicados na cor branca e emoldurados por perfis metálicos com piso estruturado em barrotes 3"x3" e compensados de 14mm revestidos em piso easyfloor preto ou carpete na cor cinza ou preto. Cada camarim deverá ser provido com porta de acesso contendo fechadura (com chave e maçaneta) e instalação elétrica composta por 02 (duas) luminárias, cada uma com 02 (duas) lâmpadas fluorescentes 20w, 03 (três) pontos de tomadas elétricas monofásicas, 01 (um) aparelho de ar-condicionado de 9.000 BTUs em bom estado de conservação, 01 (um) sofá de 03 (três) lugares, 02 (duas) mesa de apoio, 10 (dez) cadeiras e 01 espelho medindo 0,50X1,00m emoldurado. (DE ACORDO COM O PROJETO). Toda estrutura coberta por malha helanquinha (COR DE ACORDO COM O PROJETO).
FECHAMENTO	O fundo e laterais do palco deverão ser fechados com lona anti-chamas com blackout de poliéster com PVC, sendo branco pelo lado externo e preto na parte interna. Toda a caixa cênica deverá ser fechada com lona anti-chamas com blackout de poliéster com PVC, na cor preta. Todo o entorno e base do palco deverá apresentar fechamento em madeirites de 12,00mm pré-fabricados ou fechamento metálico, pintados na cor preta. A área de produção deverá ser isolada com madeirites de 12,00mm pré-fabricados confeccionadas em armação de metalon de 0,40m x 0,40m galvanizados ou em placas de aço pré-fabricadas medindo 80,0m (DE ACORDO COM O PROJETO), de forma perfeitamente alinhada pintado na cor preta. As portas de acesso à área de produção deverão apresentar ferrolho no interior da porta de acesso de modo a garantir o controle do acesso de entrada e saída de pessoas autorizadas.
CERCA DE PROTEÇÃO	Em gradil metálico, em toda a extensão frontal do palco, entrada na área de produção, em todo perímetro da house-mix e geradores, com no mínimo 1,25m de altura e um de total de 80,0m lineares, em bom estado de conservação.
HOUSE-MIX	Com dimensões de 3,00 x 4,00m (L x P), deverá ser estruturada em Box Truss de alumínio P-30, em um nível a 0,50m de altura do chão. Piso em placas pré-fabricadas com perfil em U de 4" por 1/8" revestido de madeirites plastificados de 14,00mm, revestido com carpete na cor preta. Coberta por lona antichamas na cor branca em 01(uma) água, com fechamentos de fundo e laterais em lona transparente/cristal. Guarda-corpo com 1,10m de altura em todo perímetro em concordância com as normas da ABNT NBR 14.718. As laterais das bases da house-mix deverão ser revestidas em madeirite, em bom estado de conservação, pintado na cor preta.
ESTRUTURA TESTEIRA	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30. Será retangular com as medidas 13,00m x 1,20m (OBS.: Dependendo do projeto, a estrutura da testeira terá acréscimo de TESTEIRA CIRCULAR em estrutura de Box Truss de alumínio P30 medindo 2,60m de diâmetro com raio interno de R2,00m fixado na parte central da testeira ou losango central com dimensão geral de 2,60m x 2,60m e dimensão interna de 2,00m x 2,00m (CASO PRESENTE EM PROJETO). Toda estrutura coberta por malha helanquinha (COR DE ACORDO COM O PROJETO).

ESTRUTURAS PARA ARTE LATERAIS	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30. Serão 02 (duas) unidades retangulares com dimensões de 1,50m x 6,60m. Toda estrutura coberta por malha helanquinha (CASO PRESENTE EM PROJETO).
ATERRAMENTO	As hastes de aterramento Copperwel, deverão ser de 5/8" x 2,40m em cobre com conector paralelo e parafuso utilizando cabo Pirasitic de BFW 750v de seção métrica de 25mm², templa rígido, devendo ser interligados entre a haste de terra e as junções da estrutura de modo a abranger a maior área possível. O aterramento deverá ser feito para toda a estrutura do evento, ou seja, palco, piso, PAs, camarins, depósito, escada, rampa, house-mix, geradores e etc. O aterramento deverá ainda estar de acordo com as normas NBR 5410 exigidas pelo CREA PE / NEOENERGIA.
SEGURANÇA	Fornecimento e Instalação de todo o sistema contra incêndio e pânico como extintores, placas e luminárias de emergência, inclusive atestado de Regularidade, de acordo com o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco (COSCIPI), expedido pelo Corpo de Bombeiros de Pernambuco. Também deverá conter instalação de fitas zebradas nos tirantes, desníveis ou áreas de risco com o objetivo de alertar os transeuntes. Prever proteção das sapatas com caixotes de madeiras quando necessário (Quando solicitado pela fiscalização).
MANUTENÇÃO E REPAROS	Deverá ser executada manutenção de palco sempre que solicitado, durante todo o evento. Será exigida a presença de um técnico de manutenção no pólo de responsabilidade da empresa contratada, em tempo integral, assim como a presença de materiais e ferramentas tais como lonas, cola, prego, martelos, serrotes, calhas, tinta, maçaneta, grampeador, grampos entre outros equipamentos para atender às eventuais necessidades. Será exigido a reposição e reparos na área de tal forma que não desconfigure a mesma onde o projeto foi implantado. Será exigida a reposição e requalificação de passeios, postes, tampas de caixas, entre outros elementos existentes no local e deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura.
OBSERVAÇÃO 01: Será de responsabilidade da empresa o fornecimento de fiação necessária primária e secundária para ligação e instalação elétrica dos camarins e até a rede pública de energia ou até o gerador.	
OBSERVAÇÃO 02: A empresa contratada terá responsabilidade de mão de obra necessária a fim de suprir a limpeza, montagem e desmontagem de todos os equipamentos, inclusive a retirada dos mesmos, bem como despesas com transporte, hospedagem e alimentação da equipe de montagem.	

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PALCO 11,00m X 8,00m	
FORMATO	EM 02 (DUAS) ÁGUAS
DIMENSÕES	11,00 de boca, 8,00 de profundidade e 8,00 de altura
ESTRUTURA	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30 e treliças P-50 em alumínio no teto conforme o projeto.
COBERTA	Coberta 11,00m x 8,00m duas águas em lona anti-chamas com blackout na cor branca na parte externa e preta na parte interna, com sistema de drenagem para águas pluviais devidamente contraventadas. Instalar proteção em lona nos grids e nas junções da cobertura principal com os complementos de cobertas (DE ACORDO COM O PROJETO). A estrutura da cobertura do palco deverá ser executada e dimensionada de forma a possuir duas linhas planas de treliça na horizontal, em toda a extensão da boca de cena. Todas deverão ser dimensionadas para suportar carga de 800Kgf por ponto, no total de 04 (quatro) pontos no teto. Toda estrutura coberta por malha helanquinha (COR DE ACORDO COM O PROJETO).

PA	Previsão de dois avanços de Box Truss de alumínio para instalação das torres PA de som. instalação de 02 (duas) mãos francesas para reforço estrutural na instalação das torres
PISO	O piso do palco terá dimensões de 11,00m de largura por 8,00m de profundidade (Caso presente em projeto adicional de passarela frontal de 4,40m de comprimento por 2,20m de largura) sendo de placas pré-fabricadas com perfil em "U" de 4" por 1/8" revestido de madeirites plastificados de 14,00mm a 1,80m de altura do chão (VER ALTURA DO PISO, CONFORME PROJETO). Pés de sustentação confeccionados em tubo de 2 1/2" com travas anti-balanço de tubo de 1" ou estruturado em tubos de 1 1/2" com barrotes de madeira de 3" x 3" revestido em compensados de 14,00mm, em bom estado de conservação, revestido com piso easyfloor preto ou carpete na cor preta. Guarda-corpo a 1,10m de altura, nas laterais e fundo de palco em concordância com as normas da ABNT NBR 14.718. Deverá ser executado também complemento de piso para suporte da rampa e escada, de acordo com a planta em anexo (DE ACORDO COM O PROJETO).
ESCADA OU RAMPA	ESCADA: 01 (uma) unidade, em estrutura de aço e degraus de alumínio antiderrapante, pré-fabricadas com quantidades de degraus pré-estabelecidas pelas alturas dos palcos ou em estrutura metálica, com 2,00m de largura, revestida com compensado pintado com tinta PVA na cor preta. Presença de faixas adesivas de lixa antiderrapante de 5 cm de largura. Guarda-corpo em concordância com as normas da ABNT NBR 14.718 com 1,10m de altura e laterais das bases da escada deverão ser revestidas em madeirite, em bom estado de conservação, pintado na cor preta (DE ACORDO COM O PROJETO). RAMPA: 01 (uma) unidade, localizada na parte posterior do palco, com inclinação aproximada de 8,33 a 10% de acordo com a NBR 9050, com dimensões de 2,00m de largura, em placas pré-fabricadas com perfil em U de 4" por 1/8" com pés de sustentação confeccionados em tubo de 2 1/2" e travas anti-balanço de tubo de 1" ou em estrutura metálica com madeirite 14mm, pintado na cor preta, com presença de faixas adesivas de lixa antiderrapante de 0,05cm de largura, com espaçamento de 0,50cm entre elas. Guarda-corpo em concordância com as normas da ABNT NBR 14.718 (h=1,10m) e laterais das bases da rampa deverão ser revestidas em madeirite, em bom estado de conservação, pintado na cor preta e complemento de patamar 2,00m x 2,00m (CASO PRESENTE EM PROJETO).
FECHAMENTO	O fundo e laterais do palco deverão ser fechados com lona anti-chamas com blackout de poliéster com PVC, sendo branco pelo lado externo e preto na parte interna. Toda a caixa cênica deverá ser fechada com lona anti-chamas com blackout de poliéster com PVC, na cor preta. Todo o entorno e base do palco deverá apresentar fechamento em madeirites de 12,00mm pré-fabricados ou fechamento metálico, pintados na cor preta. A área de produção deverá ser isolada com madeirites de 12,00mm pré-fabricados confeccionadas em armação de metalon de 0,40m x 0,40m galvanizados ou em placas de aço pré-fabricadas medindo aproximadamente 50,0m (DE ACORDO COM O PROJETO), de forma perfeitamente alinhada pintado na cor preta. As portas de acesso à área de produção deverão apresentar ferrolho no interior da porta de acesso de modo a garantir o controle do acesso de entrada e saída de pessoas autorizadas.
CERCA DE PROTEÇÃO	Em gradil metálico, em toda a extensão frontal do palco, entrada na área de produção, em todo perímetro da house-mix e geradores, com no mínimo 1,25m de altura, aproximadamente 40,0m, em bom estado de conservação.
HOUSE-MIX	Com dimensões de 3,00 x 3,00m (L x P), deverá ser estruturada em Box Truss de alumínio P-30, em um nível a 0,50m de altura do chão. Piso em placas pré-fabricadas com perfil em U de 4" por 1/8" revestido de madeirites plastificados de 14,00mm, revestido com carpete na cor preta. Coberta por lona antichamas na cor branca em 01(uma) água, com fechamentos de fundo e laterais em lona transparente/cristal. Guarda-corpo com 1,10m de altura em todo perímetro em concordância com as normas

	da ABNT NBR 14.718. As laterais das bases da house-mix deverão ser revestidas em madeirite, em bom estado de conservação, pintado na cor preta.
ESTRUTURA TESTEIRA	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30. Será retangular com as medidas 11,00m x 1,20m (OBS.: Dependendo do projeto, a estrutura da testeira terá acréscimo de TESTEIRA CIRCULAR em estrutura de Box Truss de alumínio P30 medindo 2,60m de diâmetro com raio interno de R2,00m fixado na parte central da testeira ou losango central com dimensão geral de 2,60m x 2,60m e dimensão interna de 2,00m x 2,00m (CASO PRESENTE EM PROJETO). Toda estrutura coberta por malha helanquinha (COR DE ACORDO COM O PROJETO).
ATERRAMENTO	As hastes de aterramento Copperwel, deverão ser de 5/8" x 2,40m em cobre com conector paralelo e parafuso utilizando cabo Pirasitic de BFW 750v de seção métrica de 25mm², templa rígido, devendo ser interligados entre a haste de terra e as junções da estrutura de modo a abranger a maior área possível. O aterramento deverá ser feito para toda a estrutura do evento, ou seja, palco, piso, PAs, camarins, depósito, escada, rampa, house-mix, geradores e etc. O aterramento deverá ainda estar de acordo com as normas NBR 5410 exigidas pelo CREA PE / NEOENERGIA.
SEGURANÇA	Fornecimento e Instalação de todo o sistema contra incêndio e pânico como extintores, placas e luminárias de emergência, inclusive atestado de Regularidade, de acordo com o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco (COSCIP), expedido pelo Corpo de Bombeiros de Pernambuco. Também deverá conter instalação de fitas zebreadas nos tirantes, desníveis ou áreas de risco com o objetivo de alertar os transeuntes. Prever proteção das sapatas com caixotes de madeiras quando necessário (Quando solicitado pela fiscalização).
MANUTENÇÃO E REPAROS	Deverá ser executada manutenção de palco sempre que solicitado, durante todo o evento. Será exigida a presença de um técnico de manutenção no pólo de responsabilidade da empresa contratada, em tempo integral, assim como a presença de materiais e ferramentas tais como lonas, cola, prego, martelos, serrotes, calhas, tinta, maçaneta, grampeador, grampos entre outros equipamentos para atender às eventuais necessidades. Será exigido a reposição e reparos na área de tal forma que não desconfigure a mesma onde o projeto foi implantado. Será exigida a reposição e requalificação de passeios, postes, tampas de caixas, entre outros elementos existentes no local e deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura.
OBSERVAÇÃO 01: Será de responsabilidade da empresa o fornecimento de fiação necessária primária e secundária para ligação e instalação elétrica dos camarins e até a rede pública de energia ou até o gerador.	
OBSERVAÇÃO 02: A empresa contratada terá responsabilidade de mão de obra necessária a fim de suprir a limpeza, montagem e desmontagem de todos os equipamentos, inclusive a retirada dos mesmos, bem como despesas com transporte, hospedagem e alimentação da equipe de montagem.	

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO CAMARIM 3X3	
DIMENSÕES	3,00m x 3,00m
ESTRUTURA	Paredes e teto em painéis TS formicados na cor branca e emoldurados por perfis metálicos e deverão conter uma divisória com porta para vestiário. Cada camarim deverá ser provido com porta de acesso contendo fechadura (com chave e maçaneta) (DE ACORDO COM O PROJETO)
PISO	Piso estruturado em barrotes 3"x3" e compensados de 14mm revestidos em piso easyfloor preto ou carpete na cor cinza ou preto.

INSTALAÇÃO ELÉTRICA	Instalação elétrica composta por 02 (duas) luminárias, cada uma com 02 (duas) lâmpadas fluorescentes 20w, 03 (três) pontos de tomadas elétricas monofásicas, 01 (um) aparelho de ar-condicionado de 9.000 BTUs em bom estado de conservação, O hall deverá conter instalação elétrica composta por 02 (dois) refletores de HQI 400w.
MOBILIÁRIO	01 (um) sofá de 03 (três) lugares, 02 (duas) mesa de apoio, 10 (dez) cadeiras e 01 espelho medindo 0,50X1,00m emoldurado. (DE ACORDO COM O PROJETO).

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO CAMARIM 4X3	
DIMENSÕES	4,00m x 3,00m
ESTRUTURA	Paredes e teto em painéis TS formicados na cor branca e emoldurados por perfis metálicos, Cada camarim deverá ser provido com porta de acesso contendo fechadura (com chave e maçaneta) (DE ACORDO COM O PROJETO)
PISO	Piso estruturado em barrotes 3"x3" e compensados de 14mm revestidos em piso easyfloor preto ou carpete na cor cinza ou preto.
INSTALAÇÃO ELÉTRICA	Instalação elétrica composta por 02 (duas) luminárias, cada uma com 02 (duas) lâmpadas fluorescentes 20w, 03 (três) pontos de tomadas elétricas monofásicas, 01 (um) aparelho de ar-condicionado de 9.000 BTUs em bom estado de conservação, O hall deverá conter instalação elétrica composta por 02 (dois) refletores de HQI 400w.
MOBILIÁRIO	01 (um) sofá de 03 (três) lugares, 02 (duas) mesas de apoio, 10 (dez) cadeiras e 01 espelho medindo 0,50X1,00m emoldurado. (DE ACORDO COM O PROJETO).

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO CAMARIM 6X3	
DIMENSÕES	6,00m x 3,00m
ESTRUTURA	Paredes e teto em painéis TS formicados na cor branca e emoldurados por perfis metálicos, Cada camarim deverá ser provido com porta de acesso contendo fechadura (com chave e maçaneta) (DE ACORDO COM O PROJETO)
PISO	Piso estruturado em barrotes 3"x3" e compensados de 14mm revestidos em piso easyfloor preto ou carpete na cor cinza ou preto.
INSTALAÇÃO ELÉTRICA	Instalação elétrica composta por 02 (duas) luminárias, cada uma com 02 (duas) lâmpadas fluorescentes 20w, 03 (três) pontos de tomadas elétricas monofásicas, 01 (um) aparelho de ar-condicionado de 9.000 BTUs em bom estado de conservação, O hall deverá conter instalação elétrica composta por 02 (dois) refletores de HQI 400w.
MOBILIÁRIO	01 (um) sofá de 03 (três) lugares, 02 (duas) mesas de apoio, 10 (dez) cadeiras e 01 espelho medindo 0,50X1,00m emoldurado. (DE ACORDO COM O PROJETO).

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO STAND 3x3	
DIMENSÕES	3,00m x 3,00m
ESTRUTURA	Painéis em divisórias em TS branco frente e costas, interligados por perfil de alumínio,

PISO	Piso estruturado em barrotes 3"x3" e compensados de 14mm revestidos em piso easyfloor preto ou carpete na cor cinza ou preto.
INSTALAÇÃO ELÉTRICA	Instalação elétrica composta por 02 (duas) luminárias, cada uma com 02 (duas) lâmpadas fluorescentes 20w, 03 (três) pontos de tomadas elétricas monofásicas.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO TABLADO

DIMENSÕES	1,10m x 2,20m ou 2,20m x 2,20m
ESTRUTURA	Tablado em estrutura metálica tubular com piso estruturado revestido em compensado de madeira de 15 mm de espessura, com variação de 0,50m a 2,00m de altura, Pintado por tinta PVA látex na cor preta, com medida 1,10X2,20m ou 2,20m x 2,20m
ACABAMENTO	Prever aplicação de piso easyfloor preto ou carpete de 3mm de espessura nas cores preto ou cinza

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PEÇAS DE FECHAMENTO

DIMENSÕES	3,00m de largura x 2,50m de altura
ESTRUTURA	com base de sustentação e hastes de fixação, confeccionadas com moldura em metalon 30mm x 20mm, na Chapa16 e fechamento em madeira ou chapa metálica.
ACABAMENTO	Pintura na cor preta, com amarração estrutural fixa em ferro

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DISCIPLINADORES

DIMENSÕES	2,00m x 1,20m de altura
ESTRUTURA	Gradil em estrutura metálica tubular modulada a partir de de altura, com bases para sustentação, pintado na cor cinza/prata/cromada/alumínio.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS BARRICADA

DIMENSÕES	1,25m x 1,20m x 1,00m
ESTRUTURA	Barricada para controle de multidão 90° em ferro galvanizado ou alumínio. Conjunto composto de gancho, cerca e piso, 1,25m x 1,20m x 1,00m (as medidas de largura e comprimento do piso e largura da cerca poderão variar de acordo com o fornecedor, porém a altura é fixa em 1,00m. Piso: 1,25m X 1,20m em madeira ou alumínio (as medidas de largura e comprimento do piso poderão variar de acordo com o fornecedor).

LOTE 02**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PAVILHÃO 30,00m X 15,00m**

FORMATO	Em 02 (Duas) águas
DIMENSÕES	30,00m de profundidade; 15,00m de largura e 5,00m de altura nas laterais.
ESTRUTURA	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30
COBERTA	Coberta 30,00m x 15,00m duas águas em lona anti-chamas com blackout na cor branca na parte externa e preta na parte interna, com sistema de drenagem para águas pluviais e devidamente contraventadas. Instalar proteção em lona nos grids e nas junções da coberta.
ATERRAMENTO	As hastes de aterramento Copperwel, deverão ser de 5/8" x 2,40m em cobre com conector paralelo e parafuso utilizando cabo Pirasitic de BFW 750v de seção métrica de 25mm ² , templa rígido, devendo ser interligados entre a haste de terra e as junções da estrutura de modo a abranger a maior área possível. O aterramento deverá ser feito para toda a estrutura do evento, ou seja, palco, piso, PAs, camarins, depósito, escada, rampa, house-mix, geradores e etc. O aterramento deverá ainda estar de acordo com as normas NBR 5410 exigidas pelo CREA PE / NEOENERGIA.
SEGURANÇA	Fornecimento e Instalação de todo o sistema contra incêndio e pânico. Também deverá conter instalação de fitas zebradas nos tirantes, desníveis ou áreas de risco com o objetivo de alertar os transeuntes. Prever proteção das sapatas com caixotes de madeiras quando necessário (Quando solicitado pela fiscalização).
MANUTENÇÃO E REPAROS	Será exigida a presença de um técnico de manutenção no pavilhão de responsabilidade da empresa contratada, em tempo integral, assim como a presença de materiais e ferramentas tais como lonas, cola, prego, martelos, serrotes, calhas, tinta, grampeador, grampos entre outros equipamentos para atender às eventuais necessidades. Estes materiais deverão ser armazenados sob responsabilidade do fornecedor. Será exigido a reposição e reparos na área de tal forma que não desconfigure a mesma onde o projeto foi implantado. Será exigida a reposição e requalificação de passeios, postes, tampas de caixas, entre outros elementos existentes no local e deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PAVILHÃO 20,00m X 10,00m

FORMATO	Em 02 (Duas) águas
DIMENSÕES	20,00m de profundidade; 10,00m de largura, pé direito nas extremidades de 5,00m de altura com pé direito da cumeeira com até 8,00m de altura
ESTRUTURA	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30
COBERTA	Coberta 20,00m x 10,00m duas águas em lona anti-chamas com blackout na cor branca na parte externa e preta na parte interna, com sistema de drenagem para águas pluviais e devidamente contraventadas. Instalar proteção em lona nos grids e nas junções da coberta.
ATERRAMENTO	As hastes de aterramento Copperwel, deverão ser de 5/8" x 2,40m em cobre com conector paralelo e parafuso utilizando cabo Pirasitic de BFW 750v de seção métrica de 25mm ² , templa rígido, devendo ser interligados entre a haste de terra e as junções da estrutura de modo a abranger a maior área possível. O aterramento deverá ser feito para toda a estrutura do evento, ou seja, palco, piso, PAs, camarins, depósito, escada, rampa, house-mix, geradores e etc. O aterramento deverá ainda estar de acordo com as normas NBR 5410 exigidas pelo CREA PE / NEOENERGIA.

SEGURANÇA	Fornecimento e Instalação de todo o sistema contra incêndio e pânico. Também deverá conter instalação de fitas zebradas nos tirantes, desníveis ou áreas de risco com o objetivo de alertar os transeuntes. Prever proteção das sapatas com caixotes de madeiras quando necessário (Quando solicitado pela fiscalização).
MANUTENÇÃO E REPAROS	Será exigida a presença de um técnico de manutenção no pavilhão de responsabilidade da empresa contratada, em tempo integral, assim como a presença de materiais e ferramentas tais como lonas, cola, prego, martelos, serrotes, calhas, tinta, grampeador, grampos entre outros equipamentos para atender às eventuais necessidades. Estes materiais deverão ser armazenados sob responsabilidade do fornecedor. Será exigido a reposição e reparos na área de tal forma que não desconfigure a mesma onde o projeto foi implantado. Será exigida a reposição e requalificação de passeios, postes, tampas de caixas, entre outros elementos existentes no local e deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PAVILHÃO 7,00m X 15,00m

FORMATO	Em 02 (Duas) águas
DIMENSÕES	7,00m de profundidade; 15,00m de largura, pé direito nas extremidades de 5,00m de altura com pé direito da cumeeira com até 8,00m de altura
ESTRUTURA	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30
COBERTA	Coberta 7,00m x 15,00m duas águas em lona anti-chamas com blackout na cor branca na parte externa e preta na parte interna, com sistema de drenagem para águas pluviais e devidamente contraventadas. Instalar proteção em lona nos grids e nas junções da coberta.
ATERRAMENTO	As hastes de aterramento Copperwel, deverão ser de 5/8" x 2,40m em cobre com conector paralelo e parafuso utilizando cabo Pirasitic de BFW 750v de seção métrica de 25mm², templa rígido, devendo ser interligados entre a haste de terra e as junções da estrutura de modo a abranger a maior área possível. O aterramento deverá ser feito para toda a estrutura do evento, ou seja, palco, piso, PAs, camarins, depósito, escada, rampa, house-mix, geradores e etc. O aterramento deverá ainda estar de acordo com as normas NBR 5410 exigidas pelo CREA PE / NEOENERGIA.
SEGURANÇA	Fornecimento e Instalação de todo o sistema contra incêndio e pânico. Também deverá conter instalação de fitas zebradas nos tirantes, desníveis ou áreas de risco com o objetivo de alertar os transeuntes. Prever proteção das sapatas com caixotes de madeiras quando necessário (Quando solicitado pela fiscalização).
MANUTENÇÃO E REPAROS	Será exigida a presença de um técnico de manutenção no pavilhão de responsabilidade da empresa contratada, em tempo integral, assim como a presença de materiais e ferramentas tais como lonas, cola, prego, martelos, serrotes, calhas, tinta, grampeador, grampos entre outros equipamentos para atender às eventuais necessidades. Estes materiais deverão ser armazenados sob responsabilidade do fornecedor. Será exigido a reposição e reparos na área de tal forma que não desconfigure a mesma onde o projeto foi implantado. Será exigida a reposição e requalificação de passeios, postes, tampas de caixas, entre outros elementos existentes no local e deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PAVILHÃO 7,00m X 25,00m

FORMATO	Em 02 (Duas) águas
----------------	--------------------

DIMENSÕES	7,00m de profundidade; 25,00m de largura, pé direito nas extremidades de 5,00m de altura com pé direito da cumeeira com até 8,00m de altura
ESTRUTURA	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30
COBERTA	Coberta 7,00m x 25,00m duas águas em lona anti-chamas com blackout na cor branca na parte externa e preta na parte interna, com sistema de drenagem para águas pluviais e devidamente contraventadas. Instalar proteção em lona nos grids e nas junções da cobertura.
ATERRAMENTO	As hastes de aterramento Copperwel, deverão ser de 5/8" x 2,40m em cobre com conector paralelo e parafuso utilizando cabo Pirasitic de BFW 750v de seção métrica de 25mm², templa rígido, devendo ser interligados entre a haste de terra e as junções da estrutura de modo a abranger a maior área possível. O aterramento deverá ser feito para toda a estrutura do evento, ou seja, palco, piso, PAs, camarins, depósito, escada, rampa, house-mix, geradores e etc. O aterramento deverá ainda estar de acordo com as normas NBR 5410 exigidas pelo CREA PE / NEOENERGIA.
SEGURANÇA	Fornecimento e Instalação de todo o sistema contra incêndio e pânico. Também deverá conter instalação de fitas zebradas nos tirantes, desníveis ou áreas de risco com o objetivo de alertar os transeuntes. Prever proteção das sapatas com caixotes de madeiras quando necessário (Quando solicitado pela fiscalização).
MANUTENÇÃO E REPAROS	Será exigida a presença de um técnico de manutenção no pavilhão de responsabilidade da empresa contratada, em tempo integral, assim como a presença de materiais e ferramentas tais como lonas, cola, prego, martelos, serrotes, calhas, tinta, grampeador, grampos entre outros equipamentos para atender às eventuais necessidades. Estes materiais deverão ser armazenados sob responsabilidade do fornecedor. Será exigido a reposição e reparos na área de tal forma que não desconfigure a mesma onde o projeto foi implantado. Será exigida a reposição e requalificação de passeios, postes, tampas de caixas, entre outros elementos existentes no local e deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura.

LOTE 03**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ARQUIBANCADA 14,00m**

DIMENSÕES	14m de comprimento
ESTRUTURA	Arquibancadas em estrutura metálica tubular, pisos em perfis de aço revestido em compensado de 15mm de espessura, patamar com variação de 1,10m a 2,20m de altura do piso ao chão, 07 (sete) degraus de assentos
COBERTA	Coberta por tendas estilo pirâmide ou similar ou cobertura estruturada em treliça com cobertura em lona vinílica com blackout, na cor branca; fixada à estrutura com sistema de encaixe com baguetes em perfis de alumínio, devidamente tensionada com 14 metros de comprimento
ESCADA OU RAMPA	ESCADA: 02(duas) unidades, em estrutura de aço e degraus de alumínio antiderrapante, pré-fabricadas com quantidades de degraus pré-estabelecidas pelas alturas dos palcos ou em estrutura metálica, com 2,00m de largura, revestida com compensado pintado com tinta PVA na cor preta. Presença de faixas adesivas de lixa antiderrapante de 5 cm de largura. Guarda-corpo em concordância com as normas da ABNT NBR 14.718 com 1,10m de altura e laterais das bases da escada

	<p>deverão ser revestidas em madeirite, em bom estado de conservação, pintado na cor preta (DE ACORDO COM O PROJETO).</p> <p>RAMPA: 02 (duas) unidades, localizada na parte posterior do palco, com inclinação aproximada de 8,33%, com dimensões de 2,00m de largura, em placas pré-fabricadas com perfil em U de 4" por 1/8" com pés de sustentação confeccionados em tubo de 2 1/2" e travas anti-balanço de tubo de 1" ou em estrutura metálica com madeirite 14mm, pintado na cor preta, com presença de faixas adesivas de lixa antiderrapante de 0,05cm de largura, com espaçamento de 0,50cm entre elas. Guarda-corpo quando necessário em concordância com as normas da ABNT NBR 14.718 (h=1,10m) e laterais das bases da rampa deverão ser revestidas em madeirite, em bom estado de conservação, pintado na cor preta</p>
ATERRAMENTO	As hastes de aterramento Copperwel, deverão ser de 5/8" x 2,40m em cobre com conector paralelo e parafuso utilizando cabo Pirasitic de BFW 750v de seção métrica de 25mm², templa rígido, devendo ser interligados entre a haste de terra e as junções da estrutura de modo a abranger a maior área possível. O aterramento deverá ainda estar de acordo com as normas NBR 5410 exigidas pelo CREA PE / NEOENERGIA.
SEGURANÇA	Fornecimento e Instalação de todo o sistema contra incêndio e pânico, inclusive atestado de Regularidade, de acordo com o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco (COSCIP), expedido pelo Corpo de Bombeiros de Pernambuco. Também deverá conter instalação de fitas zebradas nos tirantes, desníveis ou áreas de risco com o objetivo de alertar os transeuntes. Prever proteção das sapatas com caixotes de madeiras quando necessário (Quando solicitado pela fiscalização).
MANUTENÇÃO E REPAROS	Será exigida a presença de um técnico de manutenção no pavilhão de responsabilidade da empresa contratada, em tempo integral, assim como a presença de materiais e ferramentas tais como lonas, cola, prego, martelos, serrotes, calhas, tinta, grampeador, grampos entre outros equipamentos para atender às eventuais necessidades. Estes materiais deverão ser armazenados sob responsabilidade do fornecedor. Será exigido a reposição e reparos na área de tal forma que não desconfigure a mesma onde o projeto foi implantado. Será exigida a reposição e requalificação de passeios, postes, tampas de caixas, entre outros elementos existentes no local e deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ANDAIME

DIMENSÕES	1,50m x 1,00m
ESTRUTURA	Estrutura de aço tubular em módulo medindo, de caráter provisório, usada para sustentação de materiais. (Com possibilidades de utilização em elementos cenográficos).

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO RESERVATÓRIO CONTAINER

DIMENSÕES	1,50m x 1,00m
ESTRUTURA	Estrutura de aço com módulo medindo, de caráter provisório, usada para sustentação de materiais. (Com possibilidades de utilização em elementos cenográficos).

Container de água de plástico 1000 litros com grades metálicas resistentes, ideal para armazenamento de água, óleo diesel, etanol, óleo lubrificante, entre outros químicos. Grande Capacidade de Armazenamento, Facilidade de Movimentação e Empilhamento.

LOTE 04**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PAVILHÃO 30,00m X 55,00m**

FORMATO	Em 02 (Duas) águas
DIMENSÕES	30,00m de profundidade; 55,00m de largura, pé direito nas extremidades de 7,00m de altura com pé direito da cumeeira com até 10,00m de altura
ESTRUTURA	Em estrutura metálica de aço treliçado e galvanizado a fogo, conforme NBR 6123, com os padrões de resistência a vento (previsão de sinalização e forramento dos cabos de aço).
COBERTA	Coberta 30,00m x 55,00m duas águas em lona anti-chamas com blackout na cor branca na parte externa e preta na parte interna, com sistema de drenagem para águas pluviais e devidamente contraventadas. Instalar proteção em lona nos grids e nas junções da cobertura.
ATERRAMENTO	As hastes de aterramento Copperwel, deverão ser de 5/8" x 2,40m em cobre com conector paralelo e parafuso utilizando cabo Pirasitic de BFW 750v de seção métrica de 25mm ² , templa rígido, devendo ser interligados entre a haste de terra e as junções da estrutura de modo a abranger a maior área possível. O aterramento deverá ser feito para toda a estrutura do evento, ou seja, palco, piso, PAs, camarins, depósito, escada, rampa, house-mix, geradores e etc. O aterramento deverá ainda estar de acordo com as normas NBR 5410 exigidas pelo CREA PE / NEOENERGIA.
SEGURANÇA	Fornecimento e Instalação de todo o sistema contra incêndio e pânico, inclusive atestado de Regularidade, de acordo com o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco (COSCIP), expedido pelo Corpo de Bombeiros de Pernambuco. Também deverá conter instalação de fitas zebradas nos tirantes, desníveis ou áreas de risco com o objetivo de alertar os transeuntes. Prever proteção das sapatas com caixotes de madeiras quando necessário (Quando solicitado pela fiscalização).
MANUTENÇÃO E REPAROS	Será exigida a presença de um técnico de manutenção no pavilhão de responsabilidade da empresa contratada, em tempo integral, assim como a presença de materiais e ferramentas tais como lonas, cola, prego, martelos, serrotes, calhas, tinta, grampeador, grampos entre outros equipamentos para atender às eventuais necessidades. Estes materiais deverão ser armazenados sob responsabilidade do fornecedor. Será exigido a reposição e reparos na área de tal forma que não desconfigure a mesma onde o projeto foi implantado. Será exigida a reposição e requalificação de passeios, postes, tampas de caixas, entre outros elementos existentes no local e deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PALCO 10,00m X 10,00m

FORMATO	EM 02 (DUAS) ÁGUAS
DIMENSÕES	10,00m de boca + sidestages de 3,00m, 10,00m de profundidade e 8,00m de altura

ESTRUTURA	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30 e treliças P-50 em alumínio no teto conforme o projeto.
COBERTA	Coberta em 10,00m x 10,00m em box truss de alumínio P50 duas águas lona anti-chamas com blackout na cor branca na parte externa e preta na parte interna, com sistema de drenagem para águas pluviais. Complemento de cobertura nas duas laterais para sidestage do palco nas dimensões de 3,00m x 10,00m, totalizando 16m frontal, em box truss de alumínio P30, coberto por lona anti-chamas com blackout, na cor branca na parte externa e preta na parte interna, com sistema de drenagem para águas pluviais e devidamente contraventadas. Instalar proteção em lona nos grids e nas junções da cobertura principal com os complementos de cobertas (CONFORME PROJETO). A estrutura da cobertura do palco deverá ser executada e dimensionada de forma a possuir três linhas planas de treliça na horizontal, em toda a extensão da boca de cena, distando a primeira 3,00m da linha de frente da cobertura e as demais a 3,00m umas das outras. Todas deverão ser dimensionadas para suportar carga de 800Kgf por ponto, no total de 06 (seis) pontos no teto. Toda estrutura coberta por malha helanquinha (COR DE ACORDO COM O PROJETO).
PA	Previsão de dois avanços de Box Truss de alumínio para instalação das torres PA de som. instalação de 02 (duas) mãos francesas para reforço estrutural na instalação das torres
PISO	O piso do palco terá dimensões de 10,00m de largura por 10,00m de profundidade e complemento de sidestage nas duas laterais do palco nas dimensões de 3,00m x 10,00m (LxP), totalizando 16m frontal, sendo de placas pré-fabricadas com perfil em U de 4" por 1/8" revestido de madeirites plastificados 14,00mm a 1,80m de altura do chão. Pés de sustentação confeccionados em tubo 2 1/2" com travas anti-balanço de tubo 1" ou estruturado em tubos de 1 1/2" com barrotes de madeira de 3" x 3" revestido em compensados de 12,00mm, em bom estado de conservação, revestido com carpete na cor preta. Guarda-corpo a 1,10m de altura nas laterais e fundo de palco em concordância com as normas da ABNT NBR 14.718. Deverá ser executado também complemento de piso para suporte da rampa e escada, de acordo com a planta em anexo (CONFORME PROJETO).
ESCADA	01 (uma) unidade, em estrutura de aço e degraus de alumínio antiderrapante, pré-fabricadas com quantidade de degraus pré estabelecidas pela altura do palco ou em estrutura metálica, com 2,00m de largura, revestido com compensado pintado com tinta PVA na cor preta. Presença de faixas adesivas de lixa antiderrapante de 0,05cm de largura. Guarda-corpo em concordância com as normas da ABNT NBR 14.718 com 1,10m de altura e laterais das bases da escada deverão ser revestidas em madeirite, em bom estado de conservação, pintado na cor preta (DE ACORDO COM O PROJETO).
RAMPA	01 (uma) unidade, localizada na parte posterior do palco, com inclinação aproximadamente de 8,33 a 12% de acordo com a NBR 9050, medindo aproximadamente 2,20m de largura, em placas pré-fabricadas com perfil em U de 4" por 1/8" com pés de sustentação confeccionados em tubos de 2 1/2" e travas anti-balanço de tubo de 1" ou estrutura metálica em madeirite de 14mm, revestido com carpete na cor preta, com presença de faixas adesivas de lixa antiderrapante de 0,05cm de largura com espaçamento de 0,50m entre elas. Guarda-corpo em concordância com as normas de ABNT NBR 14.718 (h=1,10m) e laterais das bases da rampa deverão apresentar fechamento em madeirite, em bom estado de conservação, pintado na cor preta.
FECHAMENTO	O fundo e laterais do palco deverão ser fechados com lona anti-chamas com blackout de poliéster com PVC, sendo branco pelo lado externo e preto na parte interna. Toda a caixa cênica deverá ser fechada com lona anti-chamas com blackout de poliéster com PVC, na cor preta. Todo o entorno e base do palco deverá apresentar fechamento em madeirites de 12,00mm pré-fabricados ou fechamento metálico,

	pintados na cor preta. A área de produção deverá ser isolada com madeirites de 12,00mm pré-fabricados confeccionadas em armação de metalon de 0,40m x 0,40m galvanizados ou em placas de aço pré-fabricadas medindo aproximadamente 100,0m (DE ACORDO COM O PROJETO), de forma perfeitamente alinhada pintado na cor preta. As portas de acesso à área de produção deverão apresentar ferrolho no interior da porta de acesso de modo a garantir o controle do acesso de entrada e saída de pessoas autorizadas.
CERCA DE PROTEÇÃO	Em gradil metálico, em toda a extensão frontal do palco, entrada na área de produção, em todo perímetro da house-mix e geradores, com no mínimo 1,25m de altura, aproximadamente 60,0m, em bom estado de conservação.
HOUSE-MIX	House-mix deverá ser executada medindo 4,00m x 3,00m, com piso elevado de 0,30m a 0,50m de altura, sem cobertura.
ESTRUTURA TESTEIRA	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30. Será retangular com as medidas 16,00m x 1,20m (OBS.: Dependendo do projeto, a estrutura da testeira terá acréscimo de TESTEIRA CIRCULAR em estrutura de Box Truss de alumínio P30 medindo 3,00m de diâmetro com raio interno de R2,00m fixado na parte central da testeira ou losango central com dimensão geral de 2,60m x 2,60m e dimensão interna de 2,00m x 2,00m (CASO PRESENTE EM PROJETO PROJETO). Toda estrutura coberta por malha helanquinha (COR DE ACORDO COM O PROJETO).
ESTRUTURAS PARA ARTE LATERAIS	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30. Serão 02 (duas) unidades retangulares com dimensões de 1,50m x 6,60m. Toda estrutura coberta por malha helanquinha.
ATERRAMENTO	As hastes de aterramento Copperwel, deverão ser de 5/8" x 2,40m em cobre com conector paralelo e parafuso utilizando cabo Pirasitic de BFW 750v de seção métrica de 25mm², templa rígido, devendo ser interligados entre a haste de terra e as junções da estrutura de modo a abranger a maior área possível. O aterramento deverá ser feito para toda a estrutura do evento, ou seja, palco, piso, PAs, camarins, depósito, escada, rampa, house-mix, geradores e etc. O aterramento deverá ainda estar de acordo com as normas NBR 5410 exigidas pelo CREA PE / NEOENERGIA.
SEGURANÇA	Fornecimento e Instalação de todo o sistema contra incêndio e pânico como extintores, placas e luminárias de emergência, inclusive atestado de Regularidade, de acordo com o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco (COSCIP), expedido pelo Corpo de Bombeiros de Pernambuco. Também deverá conter instalação de fitas zebradas nos tirantes, desníveis ou áreas de risco com o objetivo de alertar os transeuntes. Prever proteção das sapatas com caixotes de madeiras quando necessário (Quando solicitado pela fiscalização).
MANUTENÇÃO E REPAROS	Deverá ser executada manutenção de palco sempre que solicitado, durante todo o evento. Será exigida a presença de um técnico de manutenção no pólo de responsabilidade da empresa contratada, em tempo integral, assim como a presença de materiais e ferramentas tais como lonas, cola, prego, martelos, serrotes, calhas, tinta, maçaneta, grampeador, grampos entre outros equipamentos para atender às eventuais necessidades. Será exigido a reposição e reparos na área de tal forma que não desconfigure a mesma onde o projeto foi implantado. Será exigida a reposição e requalificação de passeios, postes, tampas de caixas, entre outros elementos existentes no local e deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura.
OBSERVAÇÃO 01: Será de responsabilidade da empresa o fornecimento de fiação necessária primária e secundária para ligação e instalação elétrica dos camarins e até a rede pública de energia ou até o gerador.	

OBSERVAÇÃO 02: A empresa contratada terá responsabilidade de mão de obra necessária a fim de suprir a limpeza, montagem e desmontagem de todos os equipamentos, inclusive a retirada dos mesmos, bem como despesas com transporte, hospedagem e alimentação da equipe de montagem.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PALCO TIPO IV 18,00m X 10,00m	
FORMATO	EM 01 (uma) ÁGUAS
DIMENSÕES	18,00m de boca, 10,00m de profundidade e 6,00m de altura frontal e 5,00m de altura posterior
ESTRUTURA	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30 e treliças P-50 em alumínio no teto conforme o projeto.
COBERTA	Coberta em 18,00m x 10,00m em box truss de alumínio P50 uma água com 6,00m de altura frontal e 5,00m de altura posterior, lona anti-chamas com blackout na cor branca na parte externa e preta na parte interna, com sistema de drenagem para águas pluviais devidamente contraventadas. Instalar proteção em lona nos grids e nas junções da coberta principal com os complementos de cobertas (CONFORME PROJETO).
PA	Previsão de dois avanços, podendo ser frontal ou lateral de Box Truss de alumínio para instalação das torres PA de som. instalação de 02 (duas) mãos francesas para reforço estrutural na instalação das torres
PISO	O piso do palco terá dimensões de 18,00m de largura por 10,00m de profundidade, sendo de placas pré-fabricadas com perfil em U de 4" por 1/8" revestido de madeirites plastificados 14,00mm locados diretamente no nível do chão e com barrotes de madeira de 3" x 3" revestido em compensados de 12,00mm, em bom estado de conservação, revestido com carpete na cor preta. (CONFORME PROJETO).
FECHAMENTO	O fundo e as laterais do palco deverão ser fechados com lona transparente em PVC.
ESTRUTURA TESTEIRA	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30. Será retangular com as medidas 18,00m x 2,00m
ESTRUTURAS PARA ARTE LATERAIS	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30. Serão 02 (duas) unidades retangulares com dimensões de 2,00m x 4,00m. (CASO PRESENTE EM PROJETO).
ATERRAMENTO	As hastes de aterramento Copperwel, deverão ser de 5/8" x 2,40m em cobre com conector paralelo e parafuso utilizando cabo Pirasitic de BFW 750v de seção métrica de 25mm ² , templa rígido, devendo ser interligados entre a haste de terra e as junções da estrutura de modo a abranger a maior área possível. O aterramento deverá ser feito para toda a estrutura do evento, ou seja, palco, piso, PAs, camarins, depósito, escada, rampa, house-mix, geradores e etc. O aterramento deverá ainda estar de acordo com as normas NBR 5410 exigidas pelo CREA PE / NEOENERGIA.
SEGURANÇA	Fornecimento e Instalação de todo o sistema contra incêndio e pânico como extintores, placas e luminárias de emergência. Também deverá conter instalação de fitas zebradas nos tirantes, desníveis ou áreas de risco com o objetivo de alertar os transeuntes. Prever proteção das sapatas com caixotes de madeiras quando necessário (Quando solicitado pela fiscalização).
MANUTENÇÃO E REPAROS	Deverá ser executada manutenção de palco sempre que solicitado, durante todo o evento. Será exigida a presença de um técnico de manutenção no pólo de responsabilidade da empresa contratada, em tempo integral, assim como a presença

de materiais e ferramentas tais como lonas, cola, prego, martelos, serrotes, calhas, tinta, maçaneta, grampeador, grampos entre outros equipamentos para atender às eventuais necessidades. Será exigido a reposição e reparos na área de tal forma que não desconfigure a mesma onde o projeto foi implantado. Será exigida a reposição e requalificação de passeios, postes, tampas de caixas, entre outros elementos existentes no local e deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura.

OBSERVAÇÃO 01: Será de responsabilidade da empresa o fornecimento de fiação necessária primária e secundária para ligação e instalação elétrica dos camarins e até a rede pública de energia ou até o gerador.

OBSERVAÇÃO 02: A empresa contratada terá responsabilidade de mão de obra necessária a fim de suprir a limpeza, montagem e desmontagem de todos os equipamentos, inclusive a retirada dos mesmos, bem como despesas com transporte, hospedagem e alimentação da equipe de montagem.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO BACKSTAGE

FORMATO	Em 02 (Duas) águas
DIMENSÕES	Toda a área deverá ser coberta em Box Truss P-30, medindo 20,00m x 10,00m
ESTRUTURA	Em estrutura de Box Truss de alumínio, com sapatas de sustentação P-30
COBERTA	Coberta 20,00m x 10,00m duas águas em lona anti-chamas com blackout na cor branca na parte externa e preta na parte interna, com sistema de drenagem para águas pluviais (DE ACORDO COM O PROJETO). Toda estrutura coberta por malha helanquinha (COR DE ACORDO COM O PROJETO).
PISO	O piso da produção terá dimensão de 20,00m x 10,00m, sendo de placas pré-fabricadas com perfil em U de 4" por 1/8" revestido de maderite plastificados 14,00 mm a 0,10cm. de altura do chão, com piso easyfloor preto ou acarpetado na cor cinza ou preto (OBS.: VER ALTURA DO PISO CONFORME PROJETO).
ESCADA	02 (duas) unidades, em estrutura de aço e degraus de alumínio antiderrapante, pré-fabricadas com quantidades de degraus pré-estabelecidas pelas alturas dos palcos ou em estrutura metálica, com 2,00m de largura, revestida com compensado pintado com tinta PVA na cor preta. Presença de faixas adesivas de lixa antiderrapante de 5 cm de largura. Guarda-corpo em concordância com as normas da ABNT NBR 14.718 com 1,10m de altura e laterais das bases da escada deverão ser revestidas em madeirite, em bom estado de conservação, pintado na cor preta (DE ACORDO COM O PROJETO).
ÁREA DE PRODUÇÃO	Toda a área deverá ser coberta em Box Truss P-30, medindo 20,00m x 10,00m Lonas anti-chamas com blackout na cor branca, com sistema de drenagem para águas pluviais. A área de produção será composta por 06 (seis) camarins 3,00m x 3,00m e 01(um) camarim de 4,00m x 3,00m. Todos com paredes e teto em painéis TS formicados na cor branca e emoldurados por perfis metálicos com piso estruturado em barrotes 3"x3" e compensados de 14mm revestidos em piso easyfloor preto ou carpete na cor cinza ou preto. Cada camarim deverá ser provido com porta de acesso contendo fechadura (com chave e maçaneta) e instalação elétrica composta por 02 (duas) luminárias, cada uma com 02 (duas) lâmpadas fluorescentes 20w, 03 (três) pontos de tomadas elétricas monofásicas, 01 (um) aparelho de ar-condicionado de 9.000 BTUs em bom estado de conservação, 01 (um) sofá de 03 (três) lugares, 02 (duas) mesa de apoio, 10 (dez) cadeiras e 01 espelho medindo 0,50X1,00m emoldurado. O hall deverá conter instalação elétrica composta por 02 (dois) refletores de HQI 400w. (DE ACORDO COM O PROJETO).
ATERRAMENTO	As hastes de aterramento Copperwel, deverão ser de 5/8" x 2,40m em cobre com conector paralelo e parafuso utilizando cabo Pirasitic de BFW 750v de seção métrica

	de 25mm², templa rígido, devendo ser interligados entre a haste de terra e as junções da estrutura de modo a abranger a maior área possível. O aterramento deverá ser feito para toda a estrutura do evento, ou seja, palco, piso, PAs, camarins, depósito, escada, rampa, house-mix, geradores e etc. O aterramento deverá ainda estar de acordo com as normas NBR 5410 exigidas pelo CREA PE / NEOENERGIA.
SEGURANÇA	Fornecimento e Instalação de todo o sistema contra incêndio e pânico, inclusive atestado de Regularidade, de acordo com o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco (COSCIP), expedido pelo Corpo de Bombeiros de Pernambuco. Também deverá conter instalação de fitas zebradas nos tirantes, desníveis ou áreas de risco com o objetivo de alertar os transeuntes. Prever proteção das sapatas com caixotes de madeiras quando necessário (Quando solicitado pela fiscalização).
MANUTENÇÃO E REPAROS	Deverá ser executada manutenção de Backstage sempre que solicitado, durante todo o evento. Será exigida a presença de um técnico de manutenção no pólo de responsabilidade da empresa contratada, em tempo integral, assim como a presença de materiais e ferramentas tais como lonas, cola, prego, martelos, serrotes, calhas, tinta, maçaneta, grampeador, grampos entre outros equipamentos para atender às eventuais necessidades. Será exigido a reposição e reparos na área de tal forma que não desconfigure a mesma onde o projeto foi implantado. Será exigida a reposição e requalificação de passeios, postes, tampas de caixas, entre outros elementos existentes no local e deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura.
OBSERVAÇÃO 01: Será de responsabilidade da empresa o fornecimento de fiação necessária primária e secundária para ligação e instalação elétrica dos camarins e até a rede pública de energia ou até o gerador.	
OBSERVAÇÃO 02: A empresa contratada terá responsabilidade de mão de obra necessária a fim de suprir a limpeza, montagem e desmontagem de todos os equipamentos, inclusive a retirada dos mesmos, bem como despesas com transporte, hospedagem e alimentação da equipe de montagem.	

LOTE 06**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PISO EASYFLOOR**

ESTRUTURA	Piso moldado em plástico polipropileno de alta resistência e impacto, acabamento antiderrapante e proteção antichamas, encaixes intertravados modulares de encaixe macho e fêmea com acabamento, nas cores branco, preto ou prata, podendo ser utilizado sobre qualquer superfície e nos mais diversos tipos de aplicações.
------------------	---

2.2.4. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e participantes;

ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
LOTE 1					
1	PALCO 13m x 12m - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PALCO MEDINDO 13,00m DE FRENTE POR 12,00m DE PROFUNDIDADE E 8m DE ALTURA., COM	DIÁRIA	20	R\$ 22.520,00	R\$ 450.400,00



	TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO, COM SAPATAS DE SUSTENTAÇÃO P-30 E TRELIÇAS EM P-50, HOUSE-MIX 3mX4m, MONTAGEM, FORRAÇÃO EM MALHA HELANQUINHA, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM. ÁREA DE PRODUÇÃO COMPOSTA DE 3 (Três) CAMARINS 3m X 3m CLIMATIZADO (INCLUSO MOBILIÁRIO)				
	<u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>				
2	PALCO 11m x 8m - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PALCO MEDINDO 11,00m DE FRENTE POR 8,00m DE PROFUNDIDADE E 8m DE ALTURA, COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO, COM SAPATAS DE SUSTENTAÇÃO P-30 E TRELIÇAS EM P-50, HOUSE-MIX 3mX3m, MONTAGEM, FORRAÇÃO EM MALHA HELANQUINHA, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM.	DIÁRIA	34	R\$ 13.120,00	R\$ 446.080,00
	<u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>				
3	CAMARIM 3x3 - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO CAMARIM MEDINDO 3,00m POR 3,00m, EM PAINÉIS TS, COR BRANCA, CLIMATIZADO, MOBILIADO E COM MONTAGEM E DESMONTAGEM.	DIÁRIA	145	R\$ 2.160,00	R\$ 313.200,00
	<u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>				
4	CAMARIM 4x3 - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO CAMARIM MEDINDO 4,00m POR 3,00m, EM PAINÉIS TS, COR BRANCA COM, CLIMATIZADO, MOBILIADO E MONTAGEM E DESMONTAGEM.	DIÁRIA	70	R\$ 2.820,00	R\$ 197.400,00
	<u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>				
5	CAMARIM 6x3 - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO CAMARIM MEDINDO 6,00m POR 3,00m, EM PAINÉIS TS, COR BRANCA, CLIMATIZADO, MOBILIADO E COM MONTAGEM E DESMONTAGEM.	DIÁRIA	55	R\$ 6.080,00	R\$ 334.400,00
	<u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>				
6	STAND 3x3- LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO STAND MEDINDO 3,00m POR 3,00m, EM PAINÉIS TS, COR BRANCA, CLIMATIZADO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM.	DIÁRIA	60	R\$ 2.190,00	R\$ 131.400,00



	<u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>				
7	TABLADO - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PISO EM TABLADO <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	M²	1320	R\$ 91,40	R\$ 120.648,00
8	PEÇAS DE FECHAMENTO - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PEÇA DE FECHAMENTO COR PRETA <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	UND	450	R\$ 66,17	R\$ 29.776,50
9	DISCIPLINADORES - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO DISCIPLINADOR DE PÚBLICO <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	UND	4095	R\$ 41,00	R\$ 167.895,00
10	BARRICADA - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO BARRICADA PARA CONTROLE DE MULTIDÃO <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	UND	200	R\$ 86,83	R\$ 17.366,00
			TOTAL R\$	R\$ 2.208.565,50	
LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
11	PAVILHÃO 30 x 15: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO PAVILHAO SIMPLES, COM ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO P30, FORMATO EM 2 ÁGUAS, MEDINDO 35,00X15,00M (CXL), COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u> (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇÃO CURTA	6	R\$ 29.666,67	R\$ 178.000,00
12	PAVILHÃO 20 x 10: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO PAVILHAO SIMPLES, COM ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO P30, FORMATO EM 2 ÁGUAS, MEDINDO 20,00X10,00M (CXL), COM TOLERÂNCIA	LOCAÇÃO CURTA	24	R\$ 13.740,00	R\$ 329.760,00

do por 1 peça: EUDES MATEUS DA SILVA SANTOS
verificar a validade das assinaturas, acesse <https://br/verificacao/54A9-0155-6A5B-703F> e informe o código 54A9-0155-6A5B-703F



	DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA) (Com possibilidade de diária excedente)				
13	PAVILHÃO 7 x 15: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO PAVILHÃO SIMPLES, COM ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO P30, FORMATO EM 2 ÁGUAS, MEDINDO 7,00X15,00M (CXL), COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA) (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇÃO CURTA	10	R\$ 9.630,00	R\$ 96.300,00
14	PAVILHÃO 7 x 25: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO PAVILHÃO SIMPLES, COM ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO P30, FORMATO EM 2 ÁGUAS, MEDINDO 7,00X25,00M (CXL), COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA) (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇÃO CURTA	5	R\$ 12.600,00	R\$ 63.000,00
TOTAL R\$			R\$ 667.060,02		
LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
15	ARQUIBANCADA 14m: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO ARQUIBANCADA, EM ESTRUTURA METÁLICA TUBULAR, 07 (SETE) DEGRAUS DE ASSENTOS COM MANUTENÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA) (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇÃO CURTA	3	R\$ 17.550,00	R\$ 52.650,00
16	ANDAIME: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO ANDAIME, EM ESTRUTURA METÁLICA TUBULAR, COM MANUTENÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)	UND	304	R\$ 21,20	R\$ 6.444,80
17	RESERVATÓRIO CONTAINER: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO RESERVATÓRIO CONTAINER, COM GRADES METÁLICAS, COM MANUTENÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM.	UND	51	R\$ 192,20	R\$ 9.802,20

do por 1 pessoa: 2023

identificar a validade de

DESDER MATEUS DA SILVA SANTOS

assinaturas, acesse <https://www.licitacoes.gov.br/verificacao/54A9-0155-6A5B-703F>



	(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)				
TOTAL R\$			R\$ 68.897,00		
LOTE 04					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
18	PAVILHÃO 30 x 55 - LOCAÇAO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO PAVILHAO SIMPLES, COM ESTRUTURA EM ESTRUTURA METÁLICA DE AÇO TRELIÇADO GALVANIZADO, FORMATO EM 2 ÁGUAS, MEDINDO 30,00X55,00M (CXL), COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, COM MANUTENÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA) (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇA O LONGA	2	R\$ 307.500,00	R\$ 615.000,00
19	PALCO 10m x 10m - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PALCO MEDINDO 10,00m DE FRENTE POR 10,00m DE PROFUNDIDADE E 8m DE ALTURA, LATERAIS COM SIDESTAGE MEDINDO 3m x 10m, COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO, COM SAPATAS DE SUSTENTAÇÃO P-30 E TRELIÇAS EM P-50, COM MONTAGEM, FORRAÇÃO EM MALHA HELANQUINHA, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA) (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇA O LONGA	2	R\$ 125.900,00	R\$ 251.800,00
20	PALCO 18m x 10m - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PALCO MEDINDO 18,00m DE FRENTE POR 10,00m DE PROFUNDIDADE E 6m DE ALTURA FRONTAL E 5m DE ALTURA POSTERIOR, COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO, COM SAPATAS DE SUSTENTAÇÃO P-30 E TRELIÇAS EM P-50, COM MONTAGEM, FORRAÇÃO EM MALHA HELANQUINHA, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA) (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇA O LONGA	2	R\$ 32.366,67	R\$ 64.733,34
21	BACKSTAGE: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO BACKSTAGE, MEDINDO 20m X 10M (LXA), COMPOSTO POR PAVILHÃO DE COBERTURA	LOCAÇA O LONGA	7	R\$ 161.660,00	R\$ 1.131.320,00

EUDES MATEUS DA SILVA SANTOS
Assessoria
por 1
Validade
das assinaturas, acesse <https://bezerros.com.br/verificacao/54A9-0155-6A5B-703B> informe o código 54A9-0155-6A5B-703B

	MEDINDO 20m x 10m, ÁREA DE PISO REVESTIDO EM EASYFLOOR MEDINDO 20m x 10m, ESCADAS DE ACESSO, 6 (Seis) CAMARINS 3m x 3m E 01 (Um) CAMARIM 4m x 3m CLIMATIZADOS. COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, COM ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO P30, FORMATO EM 2 ÁGUAS, COM MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u> (Com possibilidade de diária excedente)				
TOTAL R\$			R\$ 2.063.153,34		
LOTE 05					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
22	PISO EASYFLOOR - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PISO MODULAR EASYFLOOR - 1m² <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	DIÁRIA	8300	R\$ 29,00	R\$ 240.700,00

informe o código 54A9-0155-6A5B-703F

2.2.5. O valor total da contratação está estimado em **R\$ 5.248.375,86** (cinco milhões, duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos)

2.2.6. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2 Torna-se impossibilitado a prorrogação do contrato.

1.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4 Tabela das necessidades por secretarias consta no mapa de quantitativos.

1.5 Definições quanto às unidades de medida:

1.5.1 DIÁRIA – Compete ao dia utilizado, obedecendo à programação e horários dos eventos e utilização efetiva do equipamento.

1.5.2 UNIDADE – Compete a unidade utilizada por ciclo festivo, obedecendo ao tempo total de início ao fim da festividade, podendo durar 1 (um) ou mais dias intercalados.

1.5.3 METRO LINEAR (M) - Compete a metragem utilizada do equipamento, medida em metros lineares, **obedecendo ao tempo total do ciclo festivo.**

1.5.4 METRO QUADRADO (M²) - Compete a metragem utilizada do equipamento, medida em

metros quadrados, **obedecendo ao tempo total do ciclo festivo.**

1.5.5 LOCAÇÃO - Compete ao conjunto de itens descritos, considerando a locação por ciclo festivo.

1.5.6 DIÁRIA EXCEDENTE - Compete aquelas aplicadas quando há necessidade de permanência da estrutura locada por período superior ao inicialmente contratado, referindo-se exclusivamente à **manutenção da estrutura já montada no local**, sem inclusão de custos de montagem ou desmontagem, mediante autorização prévia da Administração Pública.

2 PARA FINS DAS DIÁRIAS EXCEDENTES FICA ESTABELECIDO:

2.1 Conceito

2.1.1 Considera-se diária excedente o período adicional de utilização do objeto contratado que ultrapasse o prazo originalmente pactuado para a locação, sendo contabilizada por dia adicional de uso efetivo da estrutura, devidamente comprovado e autorizado pela Administração.

2.2 Justificativa e vantajosidade

2.2.1 A previsão de diárias excedentes justifica-se pela natureza dinâmica dos eventos promovidos ou apoiados pela Administração Pública, os quais podem sofrer alterações de cronograma, prorrogações ou necessidades supervenientes de permanência das estruturas.

2.2.2 A adoção desse mecanismo revela-se mais vantajosa para a Administração, uma vez que:

- a) Evita a necessidade de nova contratação integral para pequenos acréscimos de prazo;
- b) Reduz custos operacionais relacionados à desmontagem e nova montagem das estruturas;
- c) Assegura maior economicidade, considerando que o valor da diária excedente corresponde a apenas uma fração do valor da locação completa;
- d) Confere maior flexibilidade e eficiência na gestão contratual, sem comprometer a competitividade do certame.

2.3 Condições para aplicação

2.3.1 A utilização de diárias excedentes deverá observar, cumulativamente:

- a) Prévia justificativa da área demandante;
- b) Autorização da autoridade competente;
- c) Compatibilidade com o objeto contratado;
- d) Disponibilidade orçamentária.

2.4 Forma de cálculo

2.4.1 O valor unitário da diária excedente corresponderá a **10% (dez por cento)** do valor total da locação originalmente contratada, considerando o valor adjudicado e homologado no processo licitatório.

2.5 Limite de utilização

2.5.1 Para cada item contratado, as diárias excedentes observarão os seguintes limites, conforme a modalidade de locação:

a) Para itens com **locação curta**, com duração de até **03 (três) dias**, será admitida a prorrogação por até **02 (duas) diárias excedentes**, totalizando o limite máximo de **05 (cinco) dias de utilização**;

b) Para itens com **locação longa**, com duração de até **08 (oito) dias**, será admitida a prorrogação por até **03 (três) diárias excedentes**, totalizando o limite máximo de **11 (onze) dias de utilização**.

2.6 Ultrapassagem do limite

2.6.1 Ultrapassados os limites estabelecidos no item anterior, ou seja:

- a) A partir da **3ª (terceira) diária excedente**, no caso de locação curta; ou
- b) A partir da **4ª (quarta) diária excedente**, no caso de locação longa;

Será obrigatória a formalização de **nova locação integral**, vedada a continuidade da cobrança na forma de diária excedente.

2.7 Itens passíveis de aplicação

2.7.1 A aplicação das diárias excedentes será admitida para os seguintes itens:

- **PAVILHÃO 30 x 15 - LOCAÇÃO CURTA POR 3 (Três) DIAS;**
- **PAVILHÃO 20 x 10 - LOCAÇÃO CURTA POR 3 (Três) DIAS;**
- **PAVILHÃO 7 x 15 - LOCAÇÃO CURTA POR 3 (Três) DIAS;**
- **PAVILHÃO 7 x 25 - LOCAÇÃO CURTA POR 3 (Três) DIAS;**
- **ARQUIBANCADA 14m - LOCAÇÃO CURTA POR 3 (Três) DIAS;**
- **PAVILHÃO 30 x 55 - LOCAÇÃO LONGA POR 8 (oito) DIAS;**
- **PALCO 10 x 10m - LOCAÇÃO LONGA POR 8 (oito) DIAS;**
- **PALCO 18 x 10m - LOCAÇÃO LONGA POR 8 (oito) DIAS;**
- **BACKSTAGE - LOCAÇÃO LONGA POR 8 (oito) DIAS;**

2.8 Medição e pagamento

2.8.1 Para fins de medição e pagamento, as diárias excedentes deverão ser devidamente comprovadas por meio de relatório de execução do evento ou documento equivalente, atestado pela fiscalização do contrato, contendo a indicação do período efetivamente utilizado.

2.9 Exemplo ilustrativo

2.9.1 Para um item contratado por 03 (três) dias, poderão ser acrescidas até 02 (duas) diárias excedentes, totalizando no máximo 05 (cinco) dias de utilização. Caso haja necessidade de período superior, será considerada nova locação integral.

2.9.2 Para um item contratado por 08 (oito) dias, poderão ser acrescidas até 03 (três) diárias excedentes, totalizando no máximo 11 (onze) dias de utilização. Caso haja necessidade de período superior, será considerada nova locação integral.

3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

4.1A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitido.

5.4 Comprovação (Atestado) de visita técnica nos locais onde serão realizados os eventos no município de Bezerros, a visita será feita pelo representante da empresa com acompanhamento do funcionário responsável designado pela Secretaria de Turismo, sendo a mesma realizada com antecedência de até 02 (dois) dias úteis anterior a abertura do certame, com agendamento da Secretaria de Turismo Cultura, através do fone: 3728-6706 ou através do e-mail: turismoprefeituradebezerros@gmail.com.

5.5 O licitante que não desejar fazer a visita deverá substituir a declaração supracitada por outra, afirmando que não quis fazer a visita. Onde também não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 A execução do serviço seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1 Início da prestação do serviço: Conforme data e horário fornecido na ordem de serviço emitido pela secretaria demandante.

Cronograma de realização dos serviços:

6.2 Os serviços de montagem, desmontagem, operação, serão realizados diretamente pela LICITANTE VENCEDORA, compreendendo a locação, o transporte, montagem, manutenção, desmontagem, alimentação, guarda dos equipamentos utilizados nos serviços.

6.3 A contratada deverá manter à disposição da administração, durante a realização dos eventos, pelo menos 02 (dois) técnicos, com autonomia para resolver todos os problemas técnicos que possam ocorrer.

6.4 A Contratada deverá estar em plenas condições de atendimento imediato, conforme solicitado.

6.5 A prestação de serviço se dará de forma parcial, de acordo com solicitação de cada secretaria, mediante emissão de ordem de serviço.

6.6 O prazo para as estruturas serem entregues montadas e prontas para utilização devem ser com 36 horas antes do horário marcado do início de cada evento.

6.7 O prazo para as estruturas serem desmontadas e retiradas das vias públicas ou do local onde foi montada é de 72 horas após o término do último dia de evento.

6.8 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.9 Caso a empresa contratada não utilize integralmente os dias previstos para a execução do período de locação, os dias não utilizados poderão ser objeto de desconto proporcional, calculado com base no valor total contratado dividido pelo número de dias estabelecidos para a locação integral.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da contratante:

7.1.1 Providenciar os pagamentos em conformidade com as avenças contratuais, mediante notas fiscais devidamente empenhadas e atestadas pela Secretaria requisitante;

7.1.2 Notificar, formalmente à futura Contratada quaisquer irregularidades nos equipamentos solicitados, em conformidade com as cláusulas contratuais;

7.1.3 Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços solicitados, objeto da ata de registro de preço, através do setor responsável pela fiscalização;

7.1.4 Fazer fiscalização dos equipamentos locados e se os mesmos estão de acordo com as especificações;

7.1.5 Comunicar a empresa contratada, quando da apresentação dos equipamentos caso apresentarem defeitos, solicitar a devida substituição;

7.1.6 Fazer a divulgação do evento;

7.1.7 Garantir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.2 Prestar os serviços objeto da licitação, assumindo inteiramente as responsabilidades sobre os mesmos, obedecendo às condições estipuladas neste edital, proposta de preços e fase de lances;

8.3 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, sendo que os eventos poderão acontecer em ambientes abertos ou fechados, zona urbana bem como rural desde que o local ofereça condições técnicas para o evento Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.4 Garantir a prestação do serviço durante todo o período de vigência do contrato;

8.5 Seguir o cronograma do evento, a data, local e demais informações sobre montagem, funcionamento e desmontagem de palco, som e demais equipamentos. A empresa vencedora deverá efetuar as montagens, locações e desmontagens, em qualquer horário e dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados;

- 8.6 O objeto licitado deverá ser instalado no local a ser indicado pela Administração Municipal;
- 8.7 A empresa vencedora deverá apresentar declaração que, durante todo o período de realização do evento (regime de plantão), disponibilizará, em cada estrutura, equipe técnica portando as devidas ferramentas e materiais necessários à realização do serviço para solucionar todo e qualquer problema que possa surgir;
- 8.8 Executar todos os serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram este Termo, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT, das Concessionárias de Serviços Públicos e Normas de Segurança;
- 8.9 Todo o local de montagem e desmontagem deverá ser sinalizado pela contratada, de acordo com as normas de segurança em vigor;
- 8.10 Durante todo o período do CONTRATO (montagem/ evento/ desmontagem), o RESPONSÁVEL TÉCNICO deverá estar presente no local, bem como deverá portar telefone móvel, com número disponibilizado a secretaria e estar com o mesmo sempre acessível, a fim de sempre atender as solicitações, tendo em vista que a construção de eventos demanda muita integralidade entre as partes;
- 8.11 Manter no local dos serviços, além da equipe técnica, auxiliares necessários ao perfeito controle de medidas e padrões, assim como promover às suas custas além do controle tecnológico dos materiais a serem empregados nos serviços, a segurança necessária à perfeita execução dos serviços, no tocante aos objetos e materiais instalados no local da prestação de serviços;
- 8.12 Toda a Equipe Técnica (profissionais e auxiliares) trabalharão devidamente uniformizada e com crachá de identificação, além de estarem devidamente portando os equipamentos de proteção individual (E.P.I) conforme dispõem as Normas Regulamentadoras de Segurança;
- 8.13 Executar a montagem dos equipamentos em tempo compatível com o cronograma do evento, devendo a desmontagem ser realizada em 01(um) ou no máximo 03(três) dias após o seu término, dependendo do porte da estrutura;
- 8.14 Responsabilizar-se, permanentemente, pela guarda, vigilância, segurança e manutenção das estruturas e equipamentos, materiais e ferramentas utilizadas para a prestação de serviços, não cabendo à Prefeitura Municipal arcar com qualquer despesa relativa a danos, desaparecimento, roubo ou furto dos equipamentos, materiais e ferramentas;
- 8.15 Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pelo município de Bezerros/PE. A empresa será a responsável por todas as despesas referentes ao registro e demais taxas da prestação dos serviços em especial aquelas junto ao ISSQN, INSS, CREA/CAU;
- 8.16 Responsabilizar pelos prejuízos causados ao Município de Bezerros/PE ou a terceiros, por atos de seus empregados ou postos;
- 8.17 Responsabilizando-se pela reposição e requalificação de passeios, postes, tampas de caixas, entre outros elementos existentes no local deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura. Será exigido também a reposição e reparos na área, de tal forma que não desconfigura o projeto anteriormente implantado;
- 8.18 A CONTRATADA fica obrigada a instalar todos os equipamentos de segurança e prevenção exigido e ainda, a reparar, corrigir, refazer, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados;
- 8.19 A CONTRATADA será responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente contrato;
- 8.20 Efetuar o pagamento de seus empregados no prazo da Lei, independentemente do recebimento da fatura;
- 8.21 Sanar as irregularidades ou defeitos que eventualmente forem constatados durante a prestação dos serviços;
- 8.22 Transportar todos os equipamentos até o local determinado e conseqüente retirada dos mesmos;

8.23 Efetuar o pagamento de todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como alimentação, hospedagem, transporte e uniforme aos seus funcionários;

8.24 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9 MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9.7 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

9.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

9.10 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

9.11 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

9.12 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

9.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

9.14 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

9.15 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.16 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

9.17 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

9.17.1 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

9.17.2 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

9.17.3 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

9.17.4 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item.

10.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

10.2.1 Não produzir os resultados acordados,

10.2.2 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

10.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

10.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

10.4.1 Execução completa do tempo da diária de acordo com o horário dos eventos;

10.4.2 Ausência de algum profissional durante a realização dos eventos acarretará no não pagamento da diária;

10.5 Os serviços deverão ser prestados de acordo com os horários e dias pré estabelecidos anteriormente pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

10.6 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

10.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

10.8 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

10.9 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

10.10 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.11 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

10.12 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.13 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

10.14 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.15 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.16 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.17 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.18 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente

definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

10.19 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.20 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.21 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.22 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.23 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.23 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.24 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.25 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

10.26 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.27 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.27.1 O prazo de validade;

10.27.2 A data da emissão;

10.27.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

10.27.4 O período respectivo de execução do contrato;

10.27.5 O valor a pagar; e

10.27.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.28 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

10.29 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.30 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

10.31 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.32 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.33 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.34 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.35 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

10.36 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

10.37 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.38 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.39 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.39.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.40 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE

11.2 O regime de execução do contrato será indireto.

11.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.4 Habilitação Jurídica

11.4.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.4.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.4.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

11.4.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.4.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

11.4.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.5 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

11.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

11.5.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.5.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.5.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.5.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.5.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.5.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.5.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.6 Qualificação Econômica e Financeira

11.6.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, onde conste o prazo de validade e não havendo este, somente será aceita com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II)

11.6.2 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do Estado onde seja localizado, referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais Eletrônicos) ou equivalente;

11.6.3 A certidão descrita no subitem anterior somente será exigida quando a própria certidão de falência ou recuperação judicial contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

11.6.4 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e apresentados na forma da lei, com cópia de abertura e encerramento do livro diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data fixada para a Sessão de Julgamento da presente licitação;

11.6.5 As microempresas ou as empresas que trabalham sob regime de lucro presumido deverão também apresentar, obrigatoriamente o Balanço Patrimonial na forma aqui exigida, não podendo o mesmo ser substituído por nenhum outro documento.

11.6.6 As Sociedades submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, conforme previsto no Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e que pela legislação pertinente à Receita Federal do Brasil sejam obrigadas à Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar os seguintes documentos emitidos pelo próprio sistema de escrituração digital relativos às demonstrações contábeis já exigíveis nos termos da lei:

- a) Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário;
- b) Balanço Patrimonial;
- c) Demonstração do Resultado do Exercício;
- d) Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

11.6.7 Serão considerados autenticados os livros contábeis transmitidos pelas empresas ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, na forma prevista pelo Decreto Federal nº 8.683/2016, cuja autenticação será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED

11.6.8 A comprovação da boa situação financeira da licitante será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das formulas abaixo, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado igual ou superior a 1,00 (um), nos índices abaixo indicados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

11.6.9 Os índices acima descritos poderão ser demonstrados, em folha própria, fazendo-se constar os dados do balanço que lhes deram origem;

11.6.10 Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos ACIMA, ou deixarem de apresentar, quando de suas habilitações, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo, na forma do § 4º, do artigo 69, da Lei 14.133/21;

11.6.11 A comprovação de patrimônio líquido será equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, considerado o valor estimado para o período de 12 meses, conforme determina a Lei 14.133/21, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, através de índices oficiais;

11.6.12 A comprovação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), bem como do patrimônio líquido aludido no parágrafo anterior, deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados no parágrafo que trata das demonstrações contábeis, nesta seção 8.4, constituindo obrigação exclusiva do licitante a apresentação dos cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação.

11.6.13 Serão considerados e aceitos como na forma da Lei os Balanços Patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

11.6.14 Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado ou jornais de grande circulação;

11.6.15 Quando se tratar de outra forma societária (ME, EPP, LTDA e Empresas Individuais) o balanço patrimonial deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e/ou em outro Órgão equivalente, bem como as cópias dos Termos de Abertura e Encerramento, extraídos do Livro Diário. (Art. 5º. § 2º do Decreto Lei nº 486/69), contendo:

11.6.16 Identificação e assinaturas legíveis do (s) sócios (s) da empresa;

11.6.17 Identificação e assinatura legível (chancela) do responsável contábil da empresa devidamente registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade

11.7 Qualificação Técnica:

11.7.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11.7.2 Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado, integrante do quadro de pessoal da licitante, que comprove(m) a sua responsabilidade técnica de forma satisfatória, na execução dos serviços abaixo indicados:

Item	Descrição
01	Montagem de palco
02	Estrutura para arquibancadas
03	Pavilhão de cobertura

11.7.3 Comprovação de que a empresa licitante possui, em seu quadro permanente, no mínimo 01(um) Engenheiro Civil e 01(um) Engenheiro Eletricista, onde será exigido apenas o Engenheiro Civil, devidamente registrado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, como também detentores, para execução dos serviços, de Certidão de Acervo Técnico – CAT com registro de Atestado De Capacidade Técnica expedido pela entidade profissional competente (registro sistema CREA/CONFEA) ou CAT sem atestado, também expedido pela entidade profissional competente (CREA/CONFEA) desde que, apresentado(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o(os) profissional(is) responsável(is) técnico(s) do(s) licitante(s) possuem aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis como objeto da licitação, em característica, quantidade e prazo que permitam o ajuizamento da capacidade de atendimento.

11.7.4 Caso seja apresentado apenas um do profissional (Engenheiro Civil ou Engenheiro Eletricista) indicado pela empresa licitante, e que o mesmo possua atribuições específicas inerentes para as duas áreas citadas (Civil e Elétrica) que especifica completamente os serviços atrelados ao objeto deste Termo, o mesmo deverá apresentar documentação ou declaração expedida pelo órgão de classe (CREA/CONFEA) e que comprove que o profissional é detentor de tais atribuições.

11.7.5 Para comprovação do vínculo do profissional com a empresa serão aceitos: apresentação da carteira de trabalho e previdência social, livro de registro de empregados da empresa, contrato social no caso de ser sócio da empresa, ou, ainda, mediante apresentação de contrato de prestação de serviço;

11.7.6 Comprovação (Atestado) de visita técnica nos locais onde serão realizados os eventos no município de Bezerros, a visita será feita pelo representante da empresa com acompanhamento do funcionário responsável designado pela Secretaria de Turismo, sendo a mesma realizada com antecedência de até 02 (dois) dias úteis anterior a abertura do certame, com agendamento da Secretaria de Turismo Cultura, através do fone: 3728-6706 ou através do e-mail: turismoprefeituradebezerros@gmail.com.

11.7.7 O licitante que não desejar fazer a visita deverá substituir a declaração supracitada por outra, afirmando que não quis fazer a visita. Onde também não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

Para o lote 4, além de todas as solicitações já mencionadas, faz-se também necessário:

11.7.8 Para o Lote 4, além das demais exigências já estabelecidas, a licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro permanente, profissional de nível superior com especialização em Segurança do Trabalho, devidamente registrado no conselho de classe competente, ou, alternativamente, profissional integrante de seu quadro técnico habilitado como Técnico em Segurança do Trabalho, também com o devido registro profissional.

11.7.9 Deverá, ainda, ser comprovada a experiência deste profissional em atividades relacionadas à montagem, instalação e/ou acompanhamento de estruturas similares às previstas neste lote (pavilhão, palco e backstage), mediante apresentação de atestados de capacidade técnica ou documentos equivalentes.

11.8 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

11.8.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

11.8.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

11.8.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

11.8.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

11.8.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

11.8.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

11.8.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O custo estimado total da contratação é o estabelecido no item 1, conforme custos unitários apostos na tabela.

12.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

12.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

12.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.2.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

12.2.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13 ANEXOS

13.1 PREVISÃO DE USO DAS ESTRUTURA POR EVENTO;

Pollyana M^a do Nascimento Fernandes Borba
TURISMÓLOGA
Responsável pela Elaboração

THIAGO MENDES DE OLIVEIRA SALVADOR
Superintendente de Turismo e Cultura

14. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1 Aprovo o presente Termo de Referência por atender plenamente às necessidades da secretaria de Turismo e Cultura, tanto quanto ao aspecto descritivo dos itens, quanto aos quantitativos. Os materiais/serviços a serem contratados são de fundamental importância para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Bezerros, propiciando condições para que a Secretaria de Turismo e Cultura e as demais secretarias relacionadas neste termo, possam se estruturar adequadamente e ficarem em condições de exercer futuras necessidades.

EUDES MATEUS DA SILVA SANTOS
Ordenador de Despesas da Secretaria de Turismo e Cultura





QUANTITATIVO POR EVENTOS - PAVILHÕES				AGRICULTURA	
EVENTO	STAND	TABLADO	DISCIPLINADORES	PAVILHÃO 20 x 10	ANDAIME
UNIDADE	DIÁRIA	M²	UND	LOCAÇÃO	UND
BAILE MUNICIPAL DE BEZERROS					
FESTA DE SÃO SEBASTIÃO - SAPUCARANA	7	120		4	
CARNAVAL					
SEMANA DA PAIXÃO PELA SERRA					
FESTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE BEZERROS					
SÃO JOÃO DISTRITOS					
SÃO JOÃO DA SERRA NEGRA					
SÃO JOÃO NA CIDADE					
CORPUS CHRIST					
BEZERROS MOTOFEST					
FEIRA DE FLORES			50	4	52
CORRIDA DO CARAMELO			25		
FEIRA DE FINADOS			30		52
FESTIVAL DE COMIDAS TÍPICAS					
MOTOCROSS					
FESTIVAL MESTRE J BORGES					
APOIO AS FESTAS RELIGIOSAS					
TOTAL					
QTD A SOLICITAR	7	120	105	8	104

CIDADANIA							
QUANTITATIVO POR EVENTOS - PAVILHÕES							
EVENTO	PALCO TIPO 11m x 8m	CAMARIM 3x3	STAND	TABLADO	DISCIPLINADORES	PAVILHÃO 20 x 10	PAVILHÃO 7 x 15
UNIDADE	DIÁRIA	DIÁRIA	DIÁRIA	M²	UND	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO
PLANTÃO SOCIAL-SÃO JOÃO		11			15		
PLANTÃO SOCIAL-CARNAVAL		4			15		
MULHER QUE FAZ CONTECER				12			1
FRALDÁRIO			5				
JANTAR SOLIDÁRIO	1			8	90	3	
DIA DAS CRIANÇAS				15	20		1
QTD A SOLICITAR	1	15	5	35	140	3	2

EDUCAÇÃO**QUANTITATIVO POR EVENTOS - PAVILHÕES**

EVENTO DI	SCIPLINADORES	PAVILHÃO 20 x 10	ARQUIBANCADA 14
UNIDADE	UND	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO
Mostra pedagógica	0	3	0
feira de ciências	0	3	0
7 de setembro	800	0	1
TOTAL	800	6	1
QTD A SOLICITAR	1000	0	0

ESPORTE E BEM ESTAR**QUANTITATIVO POR EVENTOS - PAVILHÕES**

EVENTO	PALCO TIPO 11m x 8m	TABLADO	DISCIPLINADORES
UNIDADE	DIÁRIA	M²	UND
Corrida do Papangu	-	-	30
Caminhada da Paixão	-	-	50
Corrida da Emancipação	-	-	40
Motocross	-	-	80
PTR - Etapa Serra Negra	-	-	100
Corrida do Servidor	-	-	40
Corrida por um Caramelo	-	-	40
Apoio à eventos privados (imprevistos)	3	75	220
TOTAL	3	75	600
QTD A SOLICITAR	3	75	600

**QUANTITATIVO POR EVENTOS -
PAVILHÕES****GABINETE DA PREFEITA**

EVENTO	TABLADO	PEÇAS DE FECHAMENTO	DISCIPLINADORES
UNIDADE	M²	UND	UND
BAILE MUNICIPAL DE BEZERROS	-	-	-
FESTA DE SÃO SEBASTIÃO - SAPUCARANA	-	-	-
CARNAVAL	-	50	15
SEMANA DA PAIXÃO PELA SERRA	-	-	-
FESTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE BEZERROS	30	-	35
SÃO JOÃO DISTRITOS	-	-	-
SÃO JOÃO DA SERRA NEGRA	-	-	-
SÃO JOÃO NA CIDADE	-	-	-
CORPUS CHRIST	-	-	-
BEZERROS MOTOFEET	-	-	-
FESTIVAL DE COMIDAS TÍPICAS	-	-	-
MOTOCROSS	-	-	-
FESTIVAL MESTRE J BORGES	-	-	-
APOIO AS FESTAS RELIGIOSAS	-	-	-
TOTAL			
QTD A SOLICITAR	30	50	50

QUANTITATIVO POR EVENTOS - PAVILHÕES**PLANEJAMENTO**

EVENTO	TABLADO	PISO EASYFLOOR
UNIDADE	M²	M²
BAILE MUNICIPAL DE BEZERROS	-	-
FESTA DE SÃO SEBASTIÃO - SAPUCARANA	-	-
CARNAVAL	-	-
SEMANA DA PAIXÃO PELA SERRA	-	-
FESTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE BEZERROS	-	-
SÃO JOÃO DISTRITOS	-	-
SÃO JOÃO DA SERRA NEGRA	300	300
SÃO JOÃO NA CIDADE	-	-
CORPUS CHRIST	-	-
BEZERROS MOTOFEET	-	-
FESTIVAL DE COMIDAS TÍPICAS	-	-
MOTOCROSS	-	-
FESTIVAL MESTRE J BORGES	-	-
APOIO AS FESTAS RELIGIOSAS	-	-
TOTAL	300	300
QTD A SOLICITAR		

SAÚDE**QUANTITATIVO POR EVENTOS - PAVILHÕES**

EVENTO	BLACKSTAGE	CAMARI M 3x3	CAMARI M 4X3	CAMARI M 6X3	STAN D 3X3	TABLA DO	DISCIPLINADORE S	PAVILHÃO O 30X15	PAVILHÃO O 20X10	PAVILHÃO 7X1	RESERVATÓRI O CONTA
UNIDADE	DIÁRIA	DIÁRIA	DIÁRIA	M²	UND	LOCAÇÃ O	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO	LOCAÇÃ O	LOCAÇÃO
PRONTO ATENDIMENTO -SPA	5	5	10	7	5	50	30	2			5
PRONTO ATENDIMENTO -CENTENARIA		3	4	5	5	40	30			2	2
PRONTO ATENDIMENT O - QG DO FREVO		5	9	3	4	30	10			2	1
PRONTO ATENDIMENT O - SÃO JOÃO		5	7	5	5	50	30		2		10
PRONTO ATENDIMENT O - F.P.M.P		6	3	6	6	50	30		2		10
OUTUBRO ROSA		5	5	2		40	10				2
PRONTO ATENDIMENTO - ANIVERSÁRIO DA CIDADE PRONTO ATENDIMENTO - MOTOFEST		5 6	7 5	7 5	5	50 50	30 30	2			5 5
QTD A SOLICITAR	5	40	50	40	30	360	200	4	4	4	45

QUANTITATIVO POR EVENTOS SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA - PAVILHÕES

EVENTO	DISCIPLINADORES
UNIDADE	UND
CARNAVAL	130
FESTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE BEZERROS	30
SÃO JOÃO DA SERRA NEGRA	120
FESTIVAL PERNAMBUCO MEU PAÍS	120
7 DE SETEMBRO	120
TOTAL	520
QTD A SOLICITAR	1000

TURISMO																						
QUANTITATIVO POR EVENTOS - PAVILHÕES																						
EVENTO	PALCO TIPO 13m x 12m	PALCO TIPO 11m x 9m	CAMARIM 3x3	CAMARIM 4x3	CAMARIM 6x3	STAND	TABLA DO	PECAS DE FECHAMENTO	DISCIPLINADORES	BARRICA DA	PISO EASYFLOOR	PAVILHÃO 30 x 15	PAVILHÃO 20 x 10	PAVILHÃO 7 x 15	PAVILHÃO 7 x 25	ARQUIBANCADA 14m	ANDAIM E	RESERVATÓRIO CONTAINER	PAVILHÃO 30 x 55	PALCO TIPO 10m x 10m	PALCO TIPO 18m x 10m	BACKSTAGE
UNIDADE	DIÁRIA	DIÁRIA	DIÁRIA	DIÁRIA	DIÁRIA	DIÁRIA	M²	UND	UND	UND	M²	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO	UND	UND	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO
BAILE MUNICIPAL DE BEZERRAS	-	-	3	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-
FESTA DE SÃO SEBASTIÃO - SAPUCAIANA	-	3	9	-	-	-	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CARNAVAL	4	31	54	12	4	-	200	200	150	45	-	-	1	-	3	1	100	3	-	-	-	-
SEMANA DA PAIXÃO PELA SERRA	-	3	-	-	-	-	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FESTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE BEZERRAS	2	-	-	-	4	-	100	50	45	45	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
SÃO JOÃO DISTRITOS	-	-	3	-	-	-	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO JOÃO DA SERRA NEGRA	-	-	-	-	-	16	-	230	80	-	1000	1	2	2	1	-	3	-	1	1	1	1
SÃO JOÃO NA CIDADE	1	-	-	-	4	-	100	50	45	45	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
BEZERRAS MOTOFEST	3	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FESTIVAL DE COMIDAS	-	1	2	-	-	-	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

[illegible]

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

1.1. O registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada em locação, montagem, desmontagem, instalação, manutenção e transporte de estrutura para eventos, para atender as festividades do município de Bezerros.

1.2. O planejamento e a execução do objeto supracitado terão como suporte técnico um Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Turismo e Cultura, de acordo com as normas técnicas e legislações em vigor.

1.3. A futura licitação terá como base normativa: Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023; o Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e as exigências estabelecidas neste documento e seus anexos.

2. Descrição da necessidade

2.1 O Estudo Técnico Preliminar definido pelo art. 6º, XX, da Lei nº 14.133/2021, é definido como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.3 O Estudo Técnico Preliminar, definido pelo Inc. I do Art. 3º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08/09/2022, é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação; e no Art. 6º, O ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

2.4 Durante este Estudo, diversos aspectos foram levantados para que os gestores certifiquem-se de que existe uma necessidade de negócio claramente definida, há condições de atendê-la, os riscos de atendê-la são gerenciáveis e os resultados pretendidos com a contratação valem o preço estimado inicialmente.

2.5 A pretendida contratação é necessária para Secretária de Turismo e Cultura, tendo em vista, o novo cenário estabelecido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, onde este diploma legal estabeleceu novo marco das contratações públicas.

2.3 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a Administração no tocante ao procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada em confecção, montagem, desmontagem, instalação, manutenção e transporte de estrutura para eventos, para as festividades da Secretaria de Turismo e Cultura no ano de 2025/2026., no tocante aos festejos e eventos culturais do município e apoios, de acordo com a demanda da Secretaria de Turismo e as secretarias participantes.

2.4 A presente contratação visa atender à demanda da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura para a realização de eventos institucionais, culturais e festivos promovidos pelo município.

2.5 Tais eventos demandam infraestrutura adequada, incluindo estruturas físicas como palcos, camarins, pavilhões, arquibancadas, tabladros, fechamentos e demais itens correlatos, indispensáveis para garantir:

- segurança dos participantes;
- organização e funcionalidade dos espaços;
- qualidade técnica das apresentações;
- atendimento às normas técnicas e de segurança vigentes.

2.6 A inexistência de estrutura própria, bem como a inviabilidade técnica e econômica de sua aquisição, torna necessária a contratação de empresa especializada.

3. Problema Identificado

3.1 Problema:

3.1.1 A realização de eventos institucionais, culturais, turísticos e comemorativos promovidos pelo Município de Bezerros-PE, por meio da Secretaria de Turismo e Cultura, demanda a disponibilização de infraestrutura física adequada, capaz de garantir condições seguras, organizadas e funcionais para a execução das programações. Entre os elementos indispensáveis para a realização dessas iniciativas, destacam-se as estruturas para eventos, tais como palcos, camarins, pavilhões, arquibancadas, tabladros, fechamentos, disciplinadores, barricadas e demais itens correlatos, essenciais para assegurar a montagem dos espaços, acomodação do público, suporte às apresentações artísticas e organização logística dos eventos.

3.1.2 Entretanto, a Administração Municipal não dispõe, em seu quadro funcional, de equipe técnica especializada, nem de materiais, equipamentos e estruturas necessárias para a

montagem, manutenção e desmontagem dessas infraestruturas. Além disso, a aquisição permanente desses itens não se mostra economicamente viável, considerando os elevados custos envolvidos, a necessidade de armazenamento, manutenção contínua e a diversidade de estruturas exigidas, que variam conforme o porte, a natureza e as especificidades de cada evento.

3.1.3 A ausência dessas estruturas comprometeria diretamente a realização de eventos tradicionais e de grande relevância para o município, como o Carnaval dos Papangus, o São João da Serra Negra, festivais culturais, comemorações da emancipação política, Motofest, feiras, celebrações cívicas e demais programações oficiais. Sem a devida infraestrutura, torna-se inviável garantir segurança ao público e aos profissionais envolvidos, bem como assegurar a organização adequada dos espaços e a qualidade técnica das apresentações. Dessa forma, a falta de estruturas adequadas impacta negativamente a experiência dos participantes, prejudica a execução das atividades planejadas e compromete a imagem institucional e turística do município.

3.1.4 Assim, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de estruturas para eventos mostra-se indispensável para assegurar a continuidade, a segurança e a qualidade na execução das programações promovidas pela Prefeitura Municipal de Bezerros, contribuindo para o fortalecimento das ações culturais e turísticas do município.

3.2 Necessidade:

3.2.1 Buscando a otimização dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Bezerros, objetiva-se garantir a realização de eventos devidamente estruturados, seguros e organizados, alinhados aos padrões técnicos e operacionais exigidos para esse tipo de atividade. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de estruturas para eventos torna-se imprescindível para atender, com eficiência e qualidade, às demandas da administração municipal. Trata-se de serviço essencial, responsável por viabilizar a montagem completa da infraestrutura necessária para a execução das programações culturais, festivas, turísticas e institucionais.

3.2.2 A disponibilização de estruturas adequadas contribui diretamente para a segurança do público, dos artistas e das equipes envolvidas, além de proporcionar melhor organização dos espaços e melhores condições para a realização das atividades previstas. Ademais, a contratação possibilita maior flexibilidade operacional, permitindo que a

Administração atenda diferentes formatos e portes de eventos ao longo do calendário municipal, sem a necessidade de imobilização de recursos em aquisição de bens permanentes.

3.2.3 Dessa forma, evidencia-se a necessidade de contratação especializada, a fim de assegurar que todas as ações promovidas pelo município sejam executadas com qualidade, segurança e eficiência, atendendo às expectativas da população e fortalecendo a imagem institucional e turística de Bezerros.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Turismo e Cultura;	EUDES MATEUS DA SILVA SANTOS
Secretaria de planejamento e Inovação;	BIANCA SABRINA DE LIMA SILVA
Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável;	THAIS SANTOS DA SILVA
Secretaria de Cidadania;	DAYLMA KARLA DA SILVA LIMA
Secretaria de Educação;	MARIA DO SOCORRO SILVA
Secretaria da saúde;	IEDA PRISCILA DE VASCONCELOS CAMPOS
Gabinete;	MARIA LUCIELLE SILVA LAURENTINO
Secretaria de Esporte e Bem Estar;	DIEGO WAGNER ALVES DO NASCIMENTO
Secretaria de Segurança e Ordem pública;	EDSON BEZERRA DE BARROS JÚNIOR

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Os serviços a serem licitados estão discriminados inicialmente no Documento formalização da Demanda e mais detalhado no item 8 deste ETP.

5.2 As especificações dos itens são as consideradas mínimas e qualquer referência a marcas ou modelos são meramente referenciais, podendo ser aceitos produtos superiores ou similares aos especificados, contanto que possuam as características mínimas de desempenho. Também serão aceitos equipamentos com componentes em regime de OEM (*Original Equipment Manufacturer*, ou “Fabricante Original do Equipamento”).

5.3 Seguindo o entendimento do TCU de que “*é admissível a flexibilização de critério de julgamento da proposta, na hipótese em que o produto ofertado apresentar qualidade superior à especificada no edital, não tiver havido prejuízo para a competitividade do certame e o preço*”

obtido revelar-se vantajoso para a administração” (Acórdão 394/2013- Plenário, TC 044.822/2012-0, relator Ministro Raimundo Carreiro, 6.3.2013), se o produto ofertado atender os pressupostos elencados nesse Acórdão, ou seja, (a) o produto ofertado é superior, (b) não haver prejuízo à competitividade e (c) o preço resultante for vantajoso à Administração, comprovados por meio de diligências, estes poderão ser aceitos.

5.4 Os serviços da contratação objeto estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais – CATSERV do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

5.5 Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido neste Termo e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATSERV), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

5.6 Critérios de sustentabilidade:

5.6.1 Serviços com menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, dando preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

5.6.2 Serviços com maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e que possuam maior vida útil e maior capacidade de impressão;

5.6.3 Serviços que utilizem inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais e possuam origem ambientalmente regular dos recursos naturais;

5.6.4 Serviços que utilizem peças, componentes, acessórios ou qualquer outro material que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico e, quando for o caso, biodegradável;

5.6.5 Serviços que utilizem de peças, componentes, acessórios ou qualquer outro material sustentável ou de menor impacto ambiental e que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs);

5.6.6 Os Serviços deverão ser entregues nos endereços da Unidade Gestora Gerenciadora (UGG)

e Participantes (UGP), se houver.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Foram analisadas as seguintes alternativas:

a) Aquisição de estruturas próprias

- elevado custo inicial;
- necessidade de armazenamento, manutenção e equipe técnica permanente;
- baixa viabilidade econômica.

b) Contratação por evento específico

- menor flexibilidade;
- maior custo administrativo;
- risco de descontinuidade na prestação dos serviços.

c) Sistema de Registro de Preços (SRP) – Solução escolhida

- maior economicidade;
- flexibilidade na contratação conforme demanda;
- redução de processos licitatórios repetitivos;
- maior eficiência administrativa.

6.2 Análise das soluções existentes:

Requisitos	Opções	
Atende aos objetivos da Administração	SIM (X)	NÃO ()
Instaurar procedimento licitatório	SIM (X)	NÃO ()
Adesão de Ata SRP	SIM ()	NÃO (X)
Contratação direta por Dispensa de Licitação	SIM ()	NÃO (X)
Convênios ou parcerias	SIM ()	NÃO (X)

7. Descrição da solução como um todo

7.1 Solução Escolhida: Gerenciar procedimento licitatório modalidade pregão eletrônico Sistema de Registro de Preço.

7.2 Itens que compõe a solução:

7.2.1 Não é o caso

7.3 Serviços que compõem a solução:

7.3.1 Contratação de empresa especializada em confecção, montagem, desmontagem, instalação, manutenção e transporte de estrutura para eventos, para as festividades da Secretaria de Turismo e Cultura no ano de 2026.

7.4 Justificativa

7.4.1 O Município de Bezerros-PE possui reconhecida tradição na realização de eventos culturais, turísticos, institucionais e comemorativos, os quais integram o calendário oficial da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e se configuram como importantes instrumentos de promoção cultural, desenvolvimento econômico e fortalecimento da identidade local.

Nesse contexto, compete à Administração Pública planejar e viabilizar a execução dessas programações, garantindo a adequada infraestrutura necessária à sua realização, em observância aos princípios da eficiência, do interesse público e da continuidade dos serviços públicos, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

A realização de eventos de médio e grande porte, como o Carnaval dos Papangus, a Semana Santa com programação na Serra Negra, as comemorações da Emancipação Política, o São João da Serra Negra, o Bezerros Moto Fest, as celebrações cívicas do 7 de Setembro, o Dia das Crianças, a Feira de Flores, o ciclo de Finados e Primavera, bem como as festividades natalinas e de réveillon, demanda a disponibilização de infraestrutura adequada, composta por estruturas como palcos, camarins, pavilhões, arquibancadas, tabladros, fechamentos, disciplinadores, barricadas, entre outros itens indispensáveis.

Tais estruturas são essenciais para assegurar condições adequadas de segurança, organização e funcionalidade dos espaços destinados à realização dos eventos, bem como para garantir suporte técnico às apresentações artísticas e à circulação do público, em conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes.

Ressalta-se que a Administração Municipal não dispõe de estrutura própria, nem de equipe técnica especializada para a execução dos serviços de montagem, desmontagem, manutenção e operação dessas estruturas, tampouco se mostra viável a aquisição desses bens, em razão dos elevados custos de investimento, da necessidade de armazenamento e manutenção contínua, além da variabilidade das demandas, que exigem diferentes tipos e portes de estruturas conforme a natureza de cada evento.

Ademais, a contratação de empresa especializada permite maior flexibilidade operacional, possibilitando o atendimento das demandas de forma parcelada e sob medida, especialmente quando adotado o Sistema de Registro de Preços, o qual se mostra mais eficiente diante da imprevisibilidade e da sazonalidade dos eventos realizados ao longo do exercício.

Sob o ponto de vista econômico e social, destaca-se que os eventos promovidos pelo município geram impactos positivos relevantes, como a geração de empregos diretos e indiretos, o aquecimento do comércio local, o incentivo ao turismo e a atração de visitantes e investidores, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico e a valorização cultural de Bezerros.

Ressalte-se, ainda, que o calendário de eventos é dinâmico, podendo sofrer alterações, inclusões ou ampliações ao longo do exercício, seja em razão da criação de novas programações, seja em decorrência de apoios institucionais a eventos culturais, religiosos ou turísticos realizados por terceiros, o que reforça a necessidade de uma contratação flexível e eficiente.

Diante do exposto, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de estruturas para eventos mostra-se **necessária, adequada e plenamente justificada**, sendo medida indispensável para garantir a realização das programações oficiais do município com segurança, qualidade e eficiência, atendendo ao interesse público e às expectativas da população.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Conforme Documento Formalização de Demanda e detalhamento na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
LOTE 1					
1	PALCO 13m x 12m - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PALCO MEDINDO 13,00m DE FRENTE POR 12,00m DE PROFUNDIDADE E 8m DE ALTURA., COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO, COM SAPATAS DE SUSTENTAÇÃO P-30 E TRELIÇAS EM P-50, HOUSE-MIX 3mX4m, MONTAGEM, FORRAÇÃO EM MALHA HELANQUINHA, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM. ÁREA DE PRODUÇÃO COMPOSTA DE 3 (Três) CAMARINS 3m X 3m CLIMATIZADO (INCLUSO MOBILIÁRIO) <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	DIÁRIA	20	R\$ 22.520,00	R\$ 450.400,00
2	PALCO 11m x 8m - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PALCO MEDINDO 11,00m DE FRENTE POR 8,00m DE PROFUNDIDADE E 8m DE ALTURA, COM	DIÁRIA	34	R\$ 13.120,00	R\$ 446.080,00

	TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO, COM SAPATAS DE SUSTENTAÇÃO P-30 E TRELIÇAS EM P-50, HOUSE-MIX 3mX3m, MONTAGEM, FORRAÇÃO EM MALHA HELANQUINHA, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>				
3	CAMARIM 3x3 - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO CAMARIM MEDINDO 3,00m POR 3,00m, EM PAINÉIS TS, COR BRANCA, CLIMATIZADO, MOBILIADO E COM MONTAGEM E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	DIÁRIA	145	R\$ 2.160,00	R\$ 313.200,00
4	CAMARIM 4x3 - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO CAMARIM MEDINDO 4,00m POR 3,00m, EM PAINÉIS TS, COR BRANCA COM, CLIMATIZADO, MOBILIADO E MONTAGEM E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	DIÁRIA	70	R\$ 2.820,00	R\$ 197.400,00
5	CAMARIM 6x3 - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO CAMARIM MEDINDO 6,00m POR 3,00m, EM PAINÉIS TS, COR BRANCA, CLIMATIZADO, MOBILIADO E COM MONTAGEM E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	DIÁRIA	55	R\$ 6.080,00	R\$ 334.400,00
6	STAND 3x3- LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO STAND MEDINDO 3,00m POR 3,00m, EM PAINÉIS TS, COR BRANCA, CLIMATIZADO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	DIÁRIA	60	R\$ 2.190,00	R\$ 131.400,00
7	TABLADO - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PISO EM TABLADO <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	M²	1320	R\$ 91,40	R\$ 120.648,00
8	PEÇAS DE FECHAMENTO - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PEÇA DE FECHAMENTO COR PRETA <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	UND	450	R\$ 66,17	R\$ 29.776,50

9	DISCIPLINADORES - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO DISCIPLINADOR DE PÚBLICO <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	UND	4095	R\$ 41,00	R\$ 167.895,00
10	BARRICADA - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO BARRICADA PARA CONTROLE DE MULTIDÃO <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	UND	200	R\$ 86,83	R\$ 17.366,00
TOTAL R\$			R\$ 2.208.565,50		
LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
11	PAVILHÃO 30 x 15: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO PAVILHÃO SIMPLES, COM ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO P30, FORMATO EM 2 ÁGUAS, MEDINDO 35,00X15,00M (CXL), COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u> (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇÃO CURTA	6	R\$ 29.666,67	R\$ 178.000,02
12	PAVILHÃO 20 x 10: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO PAVILHÃO SIMPLES, COM ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO P30, FORMATO EM 2 ÁGUAS, MEDINDO 20,00X10,00M (CXL), COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u> (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇÃO CURTA	24	R\$ 13.740,00	R\$ 329.760,00
13	PAVILHÃO 7 x 15: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO PAVILHÃO SIMPLES, COM ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO P30, FORMATO EM 2 ÁGUAS, MEDINDO 7,00X15,00M (CXL), COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u> (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇÃO CURTA	10	R\$ 9.630,00	R\$ 96.300,00
14	PAVILHÃO 7 x 25: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO	LOCAÇÃO	5	R\$ 12.600,00	R\$ 63.000,00

por 1 pessoa: EUDES MATEUS DA SILVA SANTOS



	PAVILHAO SIMPLES, COM ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO P30, FORMATO EM 2 ÁGUAS, MEDINDO 7,00X25,00M (CXL), COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM. (DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA) (Com possibilidade de diária excedente)	CURTA			
TOTAL R\$			R\$ 667.060,02		
LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
15	ARQUIBANCADA 14m: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO ARQUIBANCADA, EM ESTRUTURA METÁLICA TUBULAR, 07 (SETE) DEGRAUS DE ASSENTOS COM MANUTENÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u> (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇ ÃO CURTA	3	R\$ 17.550,00	R\$ 52.650,00
16	ANDAIME: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO ANDAIME, EM ESTRUTURA METÁLICA TUBULAR, COM MANUTENÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	UND	304	R\$ 21,20	R\$ 6.444,80
17	RESERVATÓRIO CONTAINER: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO RESERVATÓRIO CONTAINER, COM GRADES METÁLICAS, COM MANUTENÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	UND	51	R\$ 192,20	R\$ 9.802,20
TOTAL R\$			R\$ 68.897,00		
LOTE 04					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
18	PAVILHÃO 30 x 55 - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO PAVILHAO SIMPLES, COM ESTRUTURA EM ESTRUTURA METÁLICA DE AÇO TRELIÇADO GALVANIZADO, FORMATO EM 2 ÁGUAS, MEDINDO 30,00X55,00M (CXL), COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, COM MANUTENÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM.	LOCAÇ ÃO LONGA	2	R\$ 307.500,00	R\$ 615.000,00

do por 1 pessoa: EUDES MATEUS DA SILVA SANTOS



	<u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u> (Com possibilidade de diária excedente)				
19	PALCO 10m x 10m - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PALCO MEDINDO 10,00m DE FRENTE POR 10,00m DE PROFUNDIDADE E 8m DE ALTURA, LATERAIS COM SIDESTAGE MEDINDO 3m x 10m, COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO, COM SAPATAS DE SUSTENTAÇÃO P-30 E TRELIÇAS EM P-50, COM MONTAGEM, FORRAÇÃO EM MALHA HELANQUINHA, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u> (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇÃO LONGA	2	R\$ 125.900,00	R\$ 251.800,00
20	PALCO 18m x 10m - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PALCO MEDINDO 18,00m DE FRENTE POR 10,00m DE PROFUNDIDADE E 6m DE ALTURA FRONTAL E 5m DE ALTURA POSTERIOR, COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO, COM SAPATAS DE SUSTENTAÇÃO P-30 E TRELIÇAS EM P-50, COM MONTAGEM, FORRAÇÃO EM MALHA HELANQUINHA, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u> (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇÃO LONGA	2	R\$ 32.366,67	R\$ 64.733,34
21	BACKSTAGE: LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - TIPO BACKSTAGE, MEDINDO 20m X 10M (LXA), COMPOSTO POR PAVILHÃO DE COBERTURA MEDINDO 20m x 10m, ÁREA DE PISO REVESTIDO EM EASYFLOOR MEDINDO 20m x 10m, ESCADAS DE ACESSO, 6 (Seis) CAMARINS 3m x 3m E 01 (Um) CAMARIM 4m x 3m CLIMATIZADOS. COM TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%, COM ESTRUTURA EM BOX TRUSS DE ALUMÍNIO P30, FORMATO EM 2 ÁGUAS, COM MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM. <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u> (Com possibilidade de diária excedente)	LOCAÇÃO LONGA	7	R\$ 161.660,00	R\$ 1.131.320,00
TOTAL R\$			R\$ 2.063.153,34		
LOTE 05					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR UNIT	TOTAL

por 1 pessoa: EUDES MATEUS DA SILVA SANTOS

22	PISO EASYFLOOR - LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL. DO TIPO PISO MODULAR EASYFLOOR - 1m² <u>(DESCRIÇÃO COMPLETA NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)</u>	DIÁRIA	8300	R\$ 29,00	R\$ 240.700,00
----	---	--------	------	------------------	----------------

9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1 O valor total do Registro de Preço contratação está estimado em R\$ **R\$ 5.248.375,86** (cinco milhões, duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos)

9.2 A estimativa de valor será obtida mediante pesquisa de preços, com base em:

9.2.1 Contratações similares;

9.2.2 Cotações com fornecedores do ramo.

Os valores deverão considerar todos os custos envolvidos, incluindo transporte, montagem, desmontagem, manutenção e suporte técnico.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços de locação de estruturas para eventos, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, transporte e suporte técnico, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Em razão da natureza dos serviços, verifica-se que os itens possuem elevado grau de interdependência técnica e operacional, motivo pelo qual não se mostra adequada a sua divisão em itens isolados. Assim, optou-se pela organização do objeto em **lotes**, estruturados conforme critérios de similaridade técnica e operacional, de modo a preservar a eficiência na execução, a segurança das estruturas e a economia de escala.

10.2 Ressalta-se que o procedimento licitatório será estruturado em mais de um lote, possibilitando a adjudicação a diferentes empresas, conforme o resultado de cada um deles, o que caracteriza o parcelamento do objeto. Dessa forma, a solução adotada encontra respaldo no art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o parcelamento foi realizado de forma tecnicamente viável e economicamente vantajosa, sem prejuízo à integridade da solução como um todo.

10.3 A súmula 247 do Tribunal de Contas da União é tácita ao afirmar: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a

execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

10.4 Sempre que possível, haverá o parcelamento da solução como forma de evitar erros decorrentes das operações de uma licitação exageradamente extensa e cujos itens sejam de segmentos diferentes.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 As contratações decorrentes deste processo serão seguidas de novas licitações que contemplaram itens de diferentes segmentos dentro do setor.

11.2 O presente ETP versará especificamente sobre Contratação de empresa especializada em locação, montagem, desmontagem, instalação, manutenção e transporte de estrutura para eventos, para atender as festividades do município de Bezerros.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 As Contratações têm por finalidade atender as necessidades elencadas e priorizadas em reunião com o Departamento de Compras e Ordenador de Despesas, além de levantamento de necessidades realizadas.

12.2 O objeto da presente contratação está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, da Secretaria de Turismo e Cultura.

PCA	Material/ Serviço	ID	Classe/ Grupo	Identificador da Futura Contratação	Valor
2026	Serviço	139	873 – Serviços de instalação (À exceção da construção)	982337-37/2026	R\$ 3.000.000,00

13. Resultados Pretendidos

13.1 Garantir a realização eficiente dos eventos;

13.2 Assegurar condições adequadas de segurança;

13.4 Promover o desenvolvimento cultural e turístico do município;

13.5 Proporcionar melhor experiência ao público.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 Não há necessidade de adequação do ambiente para execução da contratação.

14.2 Recursos humanos especializados necessários já fazem parte da contratação a ser realizada.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Possíveis impactos ambientais envolvidos na aquisição, bem como emprego dos materiais contemplados neste ETP são de risco calculado, fiscalizações elencadas na execução do contrato e não constituem fator de inviabilidade para contratação.

16. Declaração de Viabilidade

16.1 Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação é viável, necessária e adequada, atendendo ao interesse público com eficiência, economicidade e segurança.

16.2 Justificativa da Viabilidade

16.2.1 Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento da Contratação considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

17. Responsáveis

18. Aprovação do Estudo Técnico Preliminar

18.1 Considerando que foram delimitadas de forma clara e concisa as necessidades da demanda, o alinhamento estratégico, os requisitos mínimos para contratação do serviço, estratégia e os riscos da contratação, bem como se verifica a pertinência da justificativa da necessidade de contratação, APROVO o Estudo Técnico Preliminar 048/2026 em apreço nas estritas disposições apresentadas.

EUDES MATEUS DA SILVA SANTOS
Secretário de Turismo – Ordenador de Despesas

ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/2026

TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM, A SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E
CULTURA E A EMPRESA.....,
CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2026 -
PMB, PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026.

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado o município de Bezerros, Entidade da Administração Pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.091.510/0001-75, com sede localizada na Praça Duque de Caxias, 88, Centro, Bezerros – PE, CEP 55.660-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo secretário de Turismo e cultura o Sr. XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXX, portadora do CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX e Portadora do RG nº XXXXXXXX e do outro lado a Empresa XXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pela Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portadora da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante aqui denominado apenas **CONTRATADO**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90001/2026, processo administrativo n.º 001/2026 - PMB, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto O registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada em locação, montagem, desmontagem, instalação, manutenção e transporte de estrutura para eventos, para atender as festividades do município de Bezerros-PE, conforme Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 048/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor unt.	VALOR TOTAL

2.1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Bezerros;

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. *Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período, inclusive seus quantitativos**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. *Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e*

5.7.2. *Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.*

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. *O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.*

5.10. A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. *Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou*

5.12.2. *Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.*

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. *Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

6.1.2. *Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

6.1.3. *Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.*

6.2 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.3 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. *Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.*

7.1.2. *Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.*

7.1.3. *Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.*

7.1.4. *Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. *Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.*

7.2.2. *Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.*

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.5, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.5.1. Por razão de interesse público;

9.5.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Bezerros-PE, XX de XXXXXX de 2026.

GERENCIADOR DA ATA

CNPJ: _____

CNPJ: _____

REGISTRADO

CPF: _____

TESTEMUNHA

CPF: _____

TESTEMUNHA

18 de maio de 1870

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BEZERROS E A EMPRESA
_____, CONFORME PROCESSO
LICITATÓRIO Nº ____/2026, PREGÃO ELETRÔNICO SRP
Nº ____/2026.

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Bezerros, Entidade da Administração Pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.091.510/0001-75, com sede localizada na Praça Duque de Caxias, 88, Centro, Bezerros – PE, CEP 55.660-000, neste ato representado pelo secretário de Turismo e Cultura o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador do CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXX e Portador do RG nº XXXXXXXXXXXX, nomeado na portaria nº (...), portador da matrícula funcional nº (...), doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a **Empresa XXXXXXXXX**, CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pela Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portadora da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXX, doravante aqui denominado apenas **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Constitui objeto desse contrato **o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada em locação, montagem, desmontagem, instalação, manutenção e transporte de estrutura para eventos, para atender as festividades do município de Bezerros-PE**, conforme planilha abaixo descrita:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O valor total deste contrato será de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXX)**, conforme disposto na proposta de preços do Contratado, adjudicada pela Contratante.

2.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, inciso II, alínea 'd' da Lei 14.133/21, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 Torna-se impossibilitado a prorrogação do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.3.1 O prazo de validade;

6.3.2 A data da emissão;

6.3.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.3.4 O período respectivo de execução do contrato;

6.3.5 O valor a pagar; e

6.3.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.11 O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.12 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

6.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.16 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.17 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta atualizada.

7.2 Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações da contratante:

7.1.1 Providenciar os pagamentos em conformidade com as avenças contratuais, mediante notas fiscais devidamente empenhadas e atestadas pela Secretaria requisitante;

7.1.2 Notificar, formalmente à futura Contratada quaisquer irregularidades nos equipamentos solicitados, em conformidade com as cláusulas contratuais;

7.1.3 Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços solicitados, objeto da ata de registro de preço, através do setor responsável pela fiscalização;

7.1.4 Fazer fiscalização dos equipamentos locados e se os mesmos estão de acordo com as especificações;

7.1.6 Comunicar a empresa contratada, quando da apresentação dos equipamentos caso apresentarem defeitos, solicitar a devida substituição;

7.1.6 Fazer a divulgação do evento;

7.1.7 Garantir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2 Prestar os serviços objeto da licitação, assumindo inteiramente as responsabilidades sobre os mesmos, obedecendo às condições estipuladas neste edital, proposta de preços e fase de lances;

- 9.3 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, sendo que os eventos poderão acontecer em ambientes abertos ou fechados, zona urbana bem como rural desde que o local ofereça condições técnicas para o evento Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.4 Garantir a prestação do serviço durante todo o período de vigência do contrato;
- 9.5 Seguir o cronograma do evento, a data, local e demais informações sobre montagem, funcionamento e desmontagem de palco, som e demais equipamentos. A empresa vencedora deverá efetuar as montagens, locações e desmontagens, em qualquer horário e dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados;
- 9.6 O objeto licitado deverá ser instalado no local a ser indicado pela Administração Municipal;
- 9.7 A empresa vencedora deverá apresentar declaração que, durante todo o período de realização do evento (regime de plantão), disponibilizará, em cada estrutura, equipe técnica portando as devidas ferramentas e materiais necessários à realização do serviço para solucionar todo e qualquer problema que possa surgir;
- 9.8 Executar todos os serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram este Termo, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT, das Concessionárias de Serviços Públicos e Normas de Segurança;
- 9.9 Todo o local de montagem e desmontagem deverá ser sinalizado pela contratada, de acordo com as normas de segurança em vigor;
- 9.10 Durante todo o período do CONTRATO (montagem/ evento/ desmontagem), o RESPONSÁVEL TÉCNICO deverá estar presente no local, bem como deverá portar telefone móvel, com número disponibilizado a secretaria e estar com o mesmo sempre acessível, a fim de sempre atender as solicitações, tendo em vista que a construção de eventos demanda muita integralidade entre as partes;
- 9.11 Manter no local dos serviços, além da equipe técnica, auxiliares necessários ao perfeito controle de medidas e padrões, assim como promover às suas custas além do controle tecnológico dos materiais a serem empregados nos serviços, a segurança necessária à perfeita execução dos serviços, no tocante aos objetos e materiais instalados no local da prestação de serviços;
- 9.12 Toda a Equipe Técnica (profissionais e auxiliares) trabalharão devidamente uniformizada e com crachá de identificação, além de estarem devidamente portando os equipamentos de proteção individual (E.P.I) conforme dispõem as Normas Regulamentadoras de Segurança;
- 9.13 Executar a montagem dos equipamentos em tempo compatível com o cronograma do evento, devendo a desmontagem ser realizada em 01(um) ou no máximo 03(três) dias após o seu término, dependendo do porte da estrutura;
- 9.14 Responsabilizar-se, permanentemente, pela guarda, vigilância, segurança e manutenção das estruturas e equipamentos, materiais e ferramentas utilizadas para a prestação de serviços, não cabendo à Prefeitura Municipal arcar com qualquer despesa relativa a danos, desaparecimento, roubo ou furto dos equipamentos, materiais e ferramentas;
- 9.15 Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pelo município de Bezerros/PE. A empresa será a responsável por todas as despesas referentes ao registro e demais taxas da prestação dos serviços em especial aquelas junto ao ISSQN, INSS, CREA/CAU;
- 9.16 Responsabilizar pelos prejuízos causados ao Município de Bezerros/PE ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos;

9.17 Responsabilizando-se pela reposição e requalificação de passeios, postes, tampas de caixas, entre outros elementos existentes no local deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura. Será exigido também a reposição e reparos na área, de tal forma que não desconfigura o projeto anteriormente implantado;

9.18 A CONTRATADA fica obrigada a instalar todos os equipamentos de segurança e prevenção exigido e ainda, a reparar, corrigir, refazer, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados;

9.19 A CONTRATADA será responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente contrato;

9.20 Efetuar o pagamento de seus empregados no prazo da Lei, independentemente do recebimento da fatura;

9.21 Sanar as irregularidades ou defeitos que eventualmente forem constatados durante a prestação dos serviços;

9.22 Transportar todos os equipamentos até o local determinado e consequente retirada dos mesmos;

9.23 Efetuar o pagamento de todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como alimentação, hospedagem, transporte e uniforme aos seus funcionários;

9.24 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4 Multa:

12.2.4.1 Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento), equivalente há 40 dias-multa.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de

publicidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

4.3 13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

4.4 13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

4.5 13.3 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.1.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.1.3 Indenizações e multas.

13.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade

contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

18.1 O Contratado fica obrigado a manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

19.1 Fazem parte deste instrumento, como se transcritos estivessem, o pregão eletrônico nº XXX/2025 e a proposta do Contratado, adjudicada pela Contratante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Bezerros, Pernambuco, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 Aplicar-se á a Lei nº 14.133/21, com suas alterações posteriores, nos casos omissos a este contrato.

21.2 E, para firmeza e como prova de assim entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato em 03 vias de igual teor e forma, uma das quais se destina ao Contratado, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes Contratantes.

Bezerros-PE, XX de xxxxxx de 2026.

CONTRATANTE

CNPJ: _____

CONTRATADO

CNPJ: _____

CPF: _____

TESTEMUNHA

CPF: _____

TESTEMUNHA

18 de maio de 1870

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO PÚBLICO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BEZERROS

A EMPRESA _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ e do C.P.F nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Bezerros, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos

(Local e data) _____, ____ de _____ de 2026.

(representante legal com – nome e cargo)*18 de maio de 1870*



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 54A9-0155-6A5B-703F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EUDES MATEUS DA SILVA SANTOS (CPF 111.XXX.XXX-24) em 30/04/2026 16:10:02 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bezerros.1doc.com.br/verificacao/54A9-0155-6A5B-703F>